



Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto
Instituto Politécnico da Guarda

PROJETO DE ESTÁGIO

Licenciatura em Animação Sociocultural

Nuno Miguel Alves Leocádio
Janeiro | 2012



Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

Instituto Politécnico da Guarda

Projeto de Animação Sociocultural

Terra dos Sonhos

Nuno Miguel Alves Leocádio

Guarda, Janeiro de 2012



Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

Instituto Politécnico da Guarda

Instituição Académica: Instituto Politécnico da Guarda

Curso: Animação Sociocultural

Discente: Nuno Miguel Alves Leocádio

N.º do Aluno: 6018

Docente Orientador: Emanuel Castro

Guarda, Janeiro 2012

Agradecimentos

De modo a cumprir os critérios presentes no regulamento de apresentação de projetos definido por a instituição de ensino que frequento, agradeço à Escola Superior de Educação Comunicação e Desporto e ao Instituto Politécnico da Guarda.

Sinceramente agradeço ao professor Emanuel Castro meu orientador durante este projeto por todo o apoio e disponibilidade.

Agradeço às principais patrocinadoras desta actividade a minha mãe Isabel Laranjeira e a minha tia Laura Leocádio, mas mais do que o patrocínio agradeço a compreensão e apoio prestado ao longo deste moroso trabalho.

Agradeço ao meu tio Luís António Laranjeira pela cedência do material de captura de imagem, sem o qual seria impossível realizar o trabalho com tal qualidade de imagem e som. Agradeço ao meu tio João Laranjeira pela cedência de um computador que permitiu a edição deste trabalho de forma mais rápida e eficaz. Agradeço a Bruno Rolo pela cedência de uma máquina fotográfica que melhor nos permitiu assim registar alguns momentos do trabalho de campo, e por todo o empenho na colaboração do projeto através do trabalho gráfico. Agradeço a António Barreto pela impressão dos DVD's e respectivas capas. Agradeço a Carlos costa pela voz off (narração)

Agradeço sem excepção a todos os intervenientes que aceitaram contribuir com o seu depoimento para a realização do filme, pela prontidão que nos receberam e pelos excelentes motes que nos foram oferecendo para realizar este trabalho.

Um profundo e sentido agradecimento a Rafael Rolo que é parte integrante e fundamental na realização do filme documentário, através da captura e edição de imagem e co-produção. Pela prontidão com que aceitou o desafio de realizar um documentário, por todo o esforço e dedicação tanto no trabalho de campo como de edição e produção, pelo companheirismo e cumplicidade ao longo da realização do filme, pelas vivencias e esforços que fomos obrigados a ter para realizar este filme com qualidade. Por todos estes motivos um especial abraço de agradecimento a Rafael Rolo.

Bem haja a todos

ÍNDICE GERAL

FICHA DA IDENTIFICAÇÃO	I
AGRADECIMENTOS	II
ÍNDICE GERAL	III
ÍNDICE DE IMAGENS	V
ÍNDICE DE QUADROS	VI
CAPÍTULO I - “Terra dos Sonhos” Projeto de Animação Sociocultural: notas introdutórias	
1.introdução	2
2.Objetivos	4
3.Metodologias	7
3.1Área de estudo uma visão de conjunto	8
3.2Trabalho de campo	10
3.2Documentário	11
CAPÍTULO II - Animação sociocultural como potenciador de alterações sociais	
1. Animação sociocultural e a intervenção social	18
2. Animação sociocultural em territórios de baixa densidade	23
3. Animação turística e Nova museologia	28
4. Desenvolvimento local e comunitário	34
CAPÍTULO III - Documentário como estratégia de Animação sociocultural para o desenvolvimento	
1. A participação comunitária através de novas ferramentas ao serviço da animação sociocultural	42
2. Contextualização da problemática	44
3. Análise do documentário	60
CAPÍTULO IV - Notas Finais	
1. Pertinência do projecto no contexto da animação sociocultural	65
2. Projetos Futuros	67
CONCLUSÃO	69
BIBLIOGRAFIA	71
WEBGRAFIA	72

Índice de Imagens	4
	9
Imagem I – Cabrum, aldeia abandonada e degradada no concelho de Viseu	10
Imagem II – Densidade populacional	
Imagem III – Câmara XL2	

Índice de Quadros

Código deontológico do animador sociocultural (APDASC,2011)	21
Benefícios e inconvenientes da democracia participativa	36
Análise local	54

**“Terra dos sonhos” – Projeto de animação
sociocultural: notas introdutórias**



1. Introdução

A realização deste projeto, mais do que uma motivação académica, é o culminar de um objectivo pessoal fundamentado nas possibilidades que o interior do país nos oferece, que aliadas a estratégias de animação, permitem-nos promover o desenvolvimento sociocultural. Serão abordadas as estratégias de animação sociocultural que possíveis de serem aplicadas como: a animação turística, formação comunitária, requalificação da identidade cultural, produção agrícola, reutilização e reformulação do património cultural, de forma a reequilibrar o potencial económico cultural e demográfico de localidades despovoadas.

Neste contexto pretendemos realizar um documentário relacionado com as potencialidades e sinergias que determinadas localidades rurais nos oferecem. Apartir do exemplo de novos rurais que criativamente promovem o desenvolvimento em localidades despovoadas, o filme/documentário, ambiciona demonstrar que a animação sociocultural como estratégia de desenvolvimento, aliado ao potencial endógenos de determinadas localidades consegue melhorias na qualidade de vida das comunidades, bem como crescimento sustentado e sustentável. Através dos exemplos reais identificados no filme veremos como é possível investir e potenciar o desenvolvimento local do interior.

Durante a elaboração do diagnóstico clarificaram-se os motivos da realização deste projecto, em espaços onde o marasmo e a falta de desenvolvimento são prevalecentes, muitas são as oportunidades que surgem ao trabalho de um animador. Localidades como as que irão ser estudadas (Barca D´Alva, Monsanto e Almeida) perdem constantemente população jovem devido à parca fonte de rendimentos que a exploração de tais localidades oferece, simultaneamente perdem identidade local e sofrem de baixo dinamismo, sem quaisquer perspectivas de desenvolvimento. Por sua vez, os grandes centros urbanos vêm a sua qualidade de vida devido à superlotação de todos os serviços além da alta densidade populacional, precariedade e falta de empregabilidade.

Tendo em conta a conjuntura actual, a sobrelotação das cidades e necessidade de população no interior, é possível aos animadores promoverem um “regresso às origens”. Devido a novas possibilidades como a banda larga que permite a trabalhadores independentes a deslocalização das urbes com um custo menor e qualidade de vida maior, novas formas de rentabilizar a agricultura, exploração do espaço e paisagem através do turismo e valorizar os seus recursos *in situ*, melhorando assim os benefícios financeiros de tais localidades.

O documentário procurará abranger todos estes temas tendo em conta os depoimentos de experiências e vivências positivas dos intervenientes assim como o trabalho de campo realizado. Este documentário procura materializar todas as premissas que estiveram na base da sua metodologia. Assim, a sua estrutura, dividida em quatro capítulos, constitui do nosso ponto de vista, uma síntese teórica, metodológica e de análise que permite não só enriquecer, mas sobretudo alargar o espectro conceptual da Animação Sociocultural.

2. Objetivos

A) Inverter a actual situação de despovoamento:

O objetivo deste projecto é inverter a actual situação de despovoamento e degradação de determinadas áreas no interior do país (Imagem 1) promover os “novos rurais”, de forma a diminuir as disparidades entre litoral e interior, entre urbe e rural. Com o aumento de densidade populacional em zonas despovoadas podemos impulsionar um desenvolvimento social, cultural e económico.

Procuramos provar que, aliado a novas possibilidades que os meios e vias de comunicação nos oferecem, é possível repovoar alguns destes espaços, seja pelo facto referido de que vivemos numa aldeia global, seja pelos inúmeros potenciais paisagísticos, turísticos, agrícolas e socioculturais presentes no país nem sempre visível nos postais turísticos.

Pretendemos, nomeadamente com o documentário, demonstrar que o custo de vida, o *stress*, trânsito, precariedade, falta de oportunidade entre outros motivos, não justificam o investimento de uma vida na urbe, principalmente tendo em conta que entre o despovoamento do interior de Portugal é possível criar oásis de desenvolvimento que nos inspiram porque repovoam e melhoram a qualidade de vida de quem se aventura onde os outros apenas vêm um “deserto”.



Imagem 1: Cabrum - aldeia abandonada e degradada no concelho de Viseu

B) Requalificar a estrutura económica e identidade local:

Como recuperar a estrutura económica destas localidades? Com o aumento da densidade populacional, surge necessidade de prestação de serviços de melhor qualidade. Portanto, ao atrair investimento privado justifica-se o investimento público, o que conduz à melhoria da qualidade de vida das populações. Por outro lado, ao atrair população, além de melhorarmos a estrutura económica da localidade, recuperamos identidade local que tem vindo a desaparecer à medida que o despovoamento se agrava.

Se tivermos em conta que durante o êxodo rural a população deslocou-se para os meios urbanos, ou para o estrangeiro, em busca de novas oportunidades de empregabilidade e de uma justa melhoria da qualidade de vida, uma vez que as formas de rentabilização económica das localidades rurais eram parcas e precárias, devemos também ter em conta que a realidade tem vindo a alterar-se, uma vez que a precariedade e falta de empregabilidade é já uma realidade do meio urbano. Por outro lado, as localidades rurais apresentam novas formas de rentabilidade económica e começam agora a justificar o regresso de população, começando a atrair novos serviços e negócios numa espiral de desenvolvimento.

C) Evidenciar o contributo da animação sociocultural:

“Animar, é dar vida” é a premissa deste projecto que culmina na apresentação de um documentário, que pretende mudar mentalidades, incentivar empreendedores rurais e alertar para as potencialidades endógenas dos meios rurais. Através do documentário pretendemos demonstrar que a animação sociocultural pode e deve constituir uma estratégia de repovoamento.

D) Demonstrar que um documentário é uma estratégia de animação:

O documentário surge como ferramenta de animação comunitária, uma vez que é um meio de comunicação que pretende formar e informar sobre uma determinada problemática. Pretende-se com este projecto transmitir a ideia de que é possível criar qualidade de vida individual e comunitária fora dos grandes centros urbanos. Através da apresentação de casos de sucesso.

Constata-se que são várias as estratégias que podem servir de exemplo para a atração de pessoas para o meio rural tais como: a requalificação de linhas férreas, a exploração tradicional e moderna da agricultura, requalificação patrimonial, nova museologia e animação turística.

E) Potenciar alterações de mentalidades:

Sabemos que os testemunhos e problemas relatados no documentário, embora não originais, revelam uma problemática pertinente e atual, com resoluções inovadoras no âmbito da animação sociocultural.

Fomentando o regresso de população para localidades rurais, procuramos alterar mentalidades através de exemplos positivos. Utilizamos o documentário como forma de comunicação e pretendemos então alterar mentalidades, alertando para as potencialidades dos meios rurais.

3. Metodologias

O documentário apresentado tem como finalidade, como já referenciamos, potenciar a alteração de mentalidades, mas para que tal seja possível é necessário identificar um problema num determinado local de forma a criar um tema a explorar no documentário.

Tendo em conta que, como animadores socioculturais, procuramos estar atentos a alterações socioculturais facilmente nos apercebemos que a litoralização dos serviços, bens e infra-estruturas tem vindo a despovoar o interior do país. Ao longo de uma formação académica fomos nos apercebendo dos graves problemas que tal litoralização demográfica representa, não só para aqueles que insistem em permanecer nas áreas rurais mas também para a população das cidades, visto que a sobrelotação de serviços como escolas públicas, meios e vias de comunicação, serviços de saúde e pouca empregabilidade começam a traduzir-se como graves problemas que apenas terão resolução com o repovoamento sustentável do território.

Com a identificação da problemática, a falta de população em algumas localidades do interior do país, realizámos um estudo de campo, em simultâneo com diagnósticos das localidades visitadas. Desta forma, fomos filtrando, potencialidades e as necessidades das localidades e populações, concluindo que a ideia inicial ia ao encontro da pergunta de partida, através dos depoimentos de vários intervenientes concluímos que a maior dificuldade das populações do interior está relacionada com a falta de empregabilidade e consequente a falta de pessoas que componha o quadro demográfico das localidades.

3.1. Área de estudo: Uma visão de conjunto

Tendo em conta que o projecto que agora apresentamos procurou estudar localidades do interior, nomeadamente da Raia Central, Barca D'Alva, Cabreira em Almeida e Monsanto, não podemos deixar de fazer uma apresentação geral sobre a área de estudo.

O despovoamento do interior de Portugal é notório e evolutivo, assim o comprova os actuais resultados provisórios dos censos 2011 (Imagem 4). O povoamento do nosso país está relacionado com a estrutura económica e a empregabilidade que esta oferece. Assim, com a crescente terciarização do modelo económico, afunilam-se investimentos públicos e privados em torno da indústria e comércio, meios e vias de comunicação foram e são edificados para viabilizar uma revolução industrial tardia e incompleta com uma forte litoralização visível do Porto a Lisboa.

Consequentemente, a agricultura perdeu poder na economia nacional em prol de uma justa melhoria da qualidade de vida das populações que em busca de salários fixos, horários mais estáveis, trocaram a agricultura pelo trabalho industrial ou de prestação de serviços.

No entanto, tal situação dá origem a alterações desfavoráveis às áreas rurais. O investimento no comércio e indústria e o abandono das áreas rurais durante várias gerações traduz-se num consequente desprezo pelo interior, que tem vindo a perder continuamente interesse (poder) político por falta de representatividade e simultaneamente poder económico.

Esta situação é agravada devido á dependência do interior de Portugal da agricultura, na maioria dos casos rudimentar, tradicional, (por obrigação dos terrenos escarpados).

Há uma escassez de serviços e infra-estruturas (nomeadamente vias de comunicação) no interior que promovam desenvolvimento, de modo a requalificar económica, social e culturalmente o potencial endógeno das áreas rurais, não só agrícolas, mas simultaneamente e em interligação, com o potencial turístico que o rural nos oferece.

Sem tal investimento, é notório o estrangulamento do dinamismo económico, e dificilmente se diminui o fosso existente de competitividade entre interior e litoral.

À falta de vias de comunicação junta-se a falta de serviços públicos como educação, saúde ou empregabilidade. Todos os locais que foram alvos de estudo perderam as escolas primárias,

têm poucos serviços de saúde e os transportes públicos são raros, situações que dificultam a qualidade de vida das populações.

O combate ao despovoamento das áreas rurais passa por conhecer e respeitar as populações revitalizando a sua identidade cultural e o território que é espelho das suas actividades e modos de vida.

A agricultura assume preponderância na economia rural e maior influência poderia ter caso os meios de comunicação rodoviária e ferroviária reassumissem o seu papel na exportação de produtos como frutos secos (amêndoa e figos), vinho, azeite entre outros. Mas esta medida por si só não seria suficiente para transformar a agricultura na solução do problema da empregabilidade.

No entanto, se considerarmos que a agricultura de subsistência, tradicional ou industrializada valoriza a paisagem do local isso traduz-se num maior potencial para outras actividades como é o caso do turismo, veja-se o exemplo do rio Douro.



Imagem 4: representante da população residente por distrito retirado do *site* do I.N.E.

Fonte: I.N.E. dados provisórios dos censos 2011

3.2.Trabalho de campo

O estudo de campo para a realização deste projecto consistiu na visita e permanência em vários locais que foram ou podiam ter sido objecto de estudo, (Cabrum em Viseu, Monsaraz, Lisboa, Cabreira em Almeida, Barca D´Alva, Monsanto, Figueira de Castelo Rodrigo e Cidad Rodrigo). Mantivemos conversas informais com várias pessoas e entidades que nos identificaram as potencialidades e simultaneamente os problemas destas localidades.

Através das conversas com a população, fomos dirigindo a determinados agentes locais como exemplos que correspondiam ao objectivo deste trabalho.

Os materiais utilizados para a gravação do documentário foram cedidos por um colaborador Luís Laranjeira, uma câmara de vídeo XL2 (Imagem3) um tripé para a mesma, um microfone de lapela, um microfone de entrevista e três focos de luz. Foi-nos cedida uma câmara fotográfica (Olympus E500) por Bruno Rolo e ainda uma handycam (Sony AVCHD)



Imagem 3: Câmara de vídeo XL2

Podemos afirmar que este foi o maior e mais profícuo desafio durante um percurso académico, sem dúvida um verdadeiro trabalho de campo onde pudemos aprender e contornar várias contrariedades, procurar e encontrar várias parcerias e apoios. Sobretudo devido à reacção positiva das pessoas que ao notar interesse sobre os seus problemas, não houve aparências, confronto de gerações ou insegurança que travasse a vontade de denunciar os bens ou males da sua localidade, de dar a sua opinião e torná-la válida.

Descobrimos situações e espaços que podem relacionar-se com este projeto, algo que não acontece sentado dentro de uma sala de aula ou em trabalhos de pesquisa teóricos. Torna-se fundamental influenciar o estudo de casos por parte dos estudantes de Animação Sociocultural, como complemento da teorização dos temas, só desta forma teremos animadores socioculturais capazes de perceber as necessidades das populações.

3.3.Documentário

O Documentário que se apresenta pretende fomentar os “novos rurais” como forma de requalificar áreas rurais. A relação do filme com a animação sociocultural está patente nos temas a abordar e cada interveniente explorará um caso relativo a potenciais trabalhos de animação sociocultural.

Primeira parte do documentário em Lisboa, Começa com uma referência ao *stress*, trânsito intenso (sobrelotação), custo de vida e solidão (Evidencia a poluição sonora a falta de relações pessoais). Apresentamos Lisboa como exemplo de um meio urbano, com bons meios e vias de comunicação concentração de serviços bem como a importância do tempo.

Através de um testemunho (Maria Inocência) oriunda de Monsanto mas residente em Lisboa, que abandonou Monsanto em busca de empregabilidade e melhor remuneração em Lisboa, nos anos 70.

Acompanhamos, um casal que decidiu sair de Lisboa e constituir vida e família em Monsanto (procuramos com isto contrapor o depoimento do primeiro caso). Mostraremos seus motivos para terem abandonado Lisboa. O que poderia melhorar em Monsanto, o que melhorou ou piorou nas suas vidas. Que perspectivas de futuro?

Evidenciamos Monsanto como um museu a céu aberto, “ a aldeia mais portuguesa de Portugal”.

Através de depoimentos de Habitantes locais e de turistas. Evidenciamos o desenvolvimento e despovoamento, assim como a qualidade de vida, a paisagem e o turismo.

Este é o mote para a passagem à terceira parte, o investimento realizado em Monsanto faz falta em outras localidades, Como demonstra a realidade de Barca D´Alva

Através de depoimentos de habitantes locais conhecemos as potencialidades e necessidades da localidade.

Exploramos o potencial paisagístico de Barca D´Alva o abandono a que está submetido a estação e linha ferroviária, e demonstramos o desenvolvimento (ou falta dele) que os cruzeiros do Douro trouxeram à localidade.

Desenvolvemos o tema do despovoamento em Barca D´Alva, enfatizando que a aldeia já foi um ponto importante de fronteira entre Portugal e a Europa, com as exportações de produtos serviam de sustento à população.

Demonstramos os potenciais endógenos da localidade, e denunciámos a inutilidade de alguns investimentos realizados (como os cruzeiros do Douro) e investimentos fundamentais por concretizar (como a requalificação da linha férrea ou um parque de campismo)

Na Cabreira acompanhamos um caso de estudo a A.S.T.A. (Associação Socio-terapêutica de Almeida.) Uma instituição que para além dos cuidados terapêuticos que presta aos seus utentes, repovoou uma aldeia, anima-a e dá-lhe vida.

Consideramos que esta instituição é um oásis que cria vida numa localidade despovoada (desertificada), através dos vários projectos de requalificação da aldeia Cabreira

Na realização do guião do documentário tivemos em conta que não é necessário pensar num texto pré definido, pois não podemos prever o que vai acontecer ou que tipo de intervenção as personagens possam ter, além disso, ao realizar um trabalho de animação independente e imparcial, devemos apresentar-nos despidos de preconceitos ou ideias pré concebidas, devemos ir em busca do inesperado.

A referência à animação pode não ser explícita mas está presente em temas como a solidão, criação de novos projectos, turismo, paisagem, reutilização do espaço e repovoamento.

O filme explora o sucesso e necessidades de determinadas localidades do interior, repletas de potencialidades. Para isso vamos acompanhar o exemplo de alguns novos rurais que reutilizam, reconstróem e repovoam tais localidades. O fio condutor do filme é um interveniente de nome Diego Moñoz Fernandez que nos guia para várias problemáticas como a possibilidade de viver no interior, a falta de serviços e sustentabilidade nessas localidades, que em associado a outros intervenientes, completam a história que vos apresentamos. De facto, Diego Fernandez deu-nos um depoimento de qualidade surpreendente, por ser espontâneo repleto de conteúdo.

O estudo de campo que dá lugar ao Documentário em apresentação, articula o uso da imagem com os depoimentos dos intervenientes, memórias e formas de vida que nos interessam conhecer por serem um exemplo positivo de vidas no interior de Portugal.

Neste contexto, o objectivo que propomos com a apresentação do documentário é analisar os potenciais do interior e a possibilidade de criar projectos de vida que contrarie em o marasmo e despovoamento de determinadas localidades. Simultaneamente, através do documentário procuramos valorizar o aspecto cultural e especificidades de determinadas localidades.

O Documentário pode ser mais do que um instrumento de lazer e entretenimento, pode ser um instrumento que projecta uma nova tendência de vida “a nova ruralidade” Assume, então, um papel que pretende promover alterações nas mentalidades dos espectadores, formando, educando e elucidando os espectadores sobre as potencialidades das localidades do interior.

O trabalho de campo constituiu-se num projecto mais amplo, que culmina na produção de um documentário relativo às potencialidades do interior e às novas formas de vida que este nos oferece, que pretende revelar tais localidades como destinos para a realização de projectos que invertam a situação de degradação dos lugares. Valorizamos a identidade local da área de estudo e procuramos soluções que possam melhorar a qualidade de vida dos intervenientes.

De qualquer forma, a realização de um documentário promove o espaço como destino a visitar, os planos filmados, as imagens das paisagens, das vivências e das pessoas pretendem ser apelativos à promoção das localidades, o que pode contribuir para a promoção dos locais como destino turístico. Colaboramos com a seguinte opinião “O crescente desejo de autenticidade e de identidade aliado a um certo saudosismo pelas respectivas raízes culturais tem conduzido a uma “valorização das tradições da terra enquanto património (...) estamos perante um património imaterial, facilmente perecível, por isso, a necessitar de uma recuperação urgente” (Vasconcelos (1997). Pretendemos ser um meio útil para colaborar com a tal recuperação urgente de localidades que transbordam de potenciais e carecem de população empreendedora.

Perante isto, torna-se perceptível que o documentário possa exercer um importante papel na promoção de novos destinos e promover vontade de mudança.

Ambicionamos ser um instrumento útil na recuperação da memória e identidade local e promoção do património. Desta forma, o documentário não pretende ser um produto cinematográfico emocionante, pode até ser um pouco cansativo, uma vez que não existe durante o documentário encenações ou produções de forma a alterar a realidade, os planos recolhidos são completamente puros no que diz respeito à transmissão das realidades locais. Mas pretende sempre ser apelativo à ideia que pretende transmitir. “O filme documentário

tende a ter um registo que visa restituir veracidade e autenticidade ao reconstruir factos, resgatar obras e revelar lugares (muitas vezes esquecidos) o documentário assume um valor social, cultural, educacional e até turístico. De facto, considera-se hoje, que ele pode constituir um poderoso instrumento de mobilização de acções, de criação preservação e sustentabilidade de produtos turísticos” (Colin, (1984)

Murtas e Albano (2002) salientam que: “o documentário pode permitir otimizar e estimular o olhar, provocar a curiosidade e leva-lo a descobrir muito mais sobre o lugar, os seus habitantes, hábitos, costumes, sua Historia e suas lendas.”

Acreditamos que se formos capazes de criar imagens positivas sobre as localidades pretendemos criar relações positivas que possam atrair nova população aos sítios em causa.

Um factor extremamente importante na realização de um documentário é a possibilidade que temos de valorizar a identidade local de dar voz a pessoas, de forma anónima demonstram toda a riqueza e vivencias da localidade. “ São os sentimentos de pertença a um grupo, garantido por imagens ou símbolos, que permitem o reconhecimento do outro e de si mesmo. Esse reconhecimento pode ser visualizado a partir da gravação sistemática (de som e imagem) de depoimentos de pessoas singulares, atribuindo importância às minorias e destaque para os direitos e liberdades” (Goulart, Perazzo e Lemos 2005)

Ainda no que diz respeito ao documentário, este pode assumir um importante papel ao possibilitar a articulação entre o material e o imaterial, o produto e a memória, cuja reconstrução permite resgatar usos, costumes e tradições. Uma vez que a cultura de uma localidade não se cinge apenas a museus, monumentos ou paisagem, mas também os saberes as pessoas e todos os outros recursos endógenos que pretendemos captar e valorizar. De acordo com a definição da UNESCO (2003), o património Cultural Imaterial manifesta-se entre outros domínios nas tradições e expressões orais, nas práticas sociais, rurais e eventos festivos, nos conhecimentos e praticas relacionados quer com a natureza ou universo. Apresenta-se assim como um vasto conjunto de manifestações e expressões de carácter intangível e que têm a memória como meio de preservação e a oralidade como meio de transmissão. Surge englobado no seio destas imaterialidades as lendas, os mitos, os contos populares, como igualmente os rituais e as festas, bem como todo o universo de saberes e vivencias da cosmogonia popular.

O projecto que baseia a realização do documentário sobre os novos rurais e os novos meios de viver em meios rurais, pretende valorizar os modos de vida rentáveis para as novas gerações, ao mesmo tempo que cumprimos um papel importante na construção e recuperação da identidade do território.

Pretendemos então, através do documentário, potenciara discussão sobre o repovoamento de áreas rurais, promover e descobrir novos destinos onde investir e viver. Através da pesquisa e captação de imagens e depoimentos procuramos modelos de vida compatíveis, rentáveis e sustentáveis em localidades rurais. Recolhemos vivências, paisagens e potenciais das áreas de estudo, procedimento que obrigou a um estudo de campo de proximidade e interacção com os intervenientes.

O documentário revela-se como uma estratégia de animação sociocultural, na medida que procura formar, informar e educar o espectador sobre o tema em causa, pode ser fomentador de discussões de ideias, temos o exemplo dos trabalhos feitos por Jorge Pelicano, que estimularam interesse publico sobre os temas que relatou nos seus documentários. Devemos ter em atenção que um documentário não é por si só uma solução para resolver os problemas apresentados, mas sim um meio de divulgação dos mesmos. Pode e deve o documentário ser contributo para resolução, mas não é a resposta para a resolução dos mesmos por si só.

Um documento desta natureza mais do que reportar, relatar uma realidade, dá vida (anima) à voz das populações e das realidades vivenciadas e no fundo esse é um dos objectivos da animação sociocultural “O documentário é uma espécie de convite audiovisual, uma verdadeira acção de marketing capaz de estimular a deslocação a novas experiências (...) culturais e de lazer.” (Renata Smith 2010)

Este projeto é também um meio de desenvolvimento, uma vez que a importância que o filme pode assumir na apresentação de novos destinos, novas oportunidades e vivências. Por um lado, pesa, na divulgação do potencial das localidades em causa, por outro lado procura novas mentalidades, vontades e encorajar futuros intervenientes da mudança e repovoamento rural.

Capítulo II:
Animação sociocultural como
potenciador de alterações sociais



1. Animação sociocultural e a intervenção social

Devemos entender a Animação sociocultural como uma prática de transformações sociais, podendo melhorar a realidade da sua comunidade. "Não (podemos) cruzar os braços fatalisticamente diante da miséria, esvaziando desta maneira, (nossa) responsabilidade no discurso cínico e morno que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim." (Freire, 1996;84)

"O pior cego é aquele que não quer ver" e de facto não podemos virar a cara ou ser-mos conformados às imensas desigualdades económicas e sociais e as exclusões socioculturais. Serralheiro (2008) refere que, se a sociedade progrediu imenso a nível de conhecimentos e de meios que deveriam por cobro a tais disparidades, não é por falta de recursos materiais, mas por falta de uma ética que respeite a pessoa humana e garanta os seus direitos humanos. Um novo humanismo exige não cair nem no individualismo nem no colectivismo, mas assumir que os direitos colectivos não sejam entendidos como uma abstracção e que, efectivamente, servem para combater as vergonhas civilizacionais.

Neste contexto, não nos podemos esquecer dos conceitos de animação, participação, democracia, autonomia, diversidade, responsabilidade social e comunidade que nos permite construir animação sociocultural pela emancipação do ser humano.

Se há conceito que é unânime, quando se discute animação sociocultural, e o que define a animação sociocultural como uma ferramenta que possibilita profundas alterações sócias mas de múltipla e difícil definição a animação sociocultural é um fenómeno social que engloba um amplo leque de actividades, muito diversas entre si e dificilmente classificáveis, se em algo estão de acordo os autores que escrevem sobre o tema é em defini-lo como um conceito extremamente vago e impreciso.

No entanto, a animação sociocultural não deve ser um tema de tanta multidisciplinaridade e tão difícil de definir, pois isso conduz os profissionais de animação e as entidades patronais a equívocos, ou seja, ao inventar a multidisciplinaridade dos cursos de animação, entramos por áreas que já são estudadas por outros profissionais. Por exemplo gerontologia, educadores de infância, profissionais de desporto entre outros. Se continuarmos a defender a ideia de que o "animador não deve saber tudo mas um pouco de tudo" formamos animadores que não sabem tudo e sabem pouco de tudo.

A animação sociocultural assenta na a ideia basilar de “emancipação colectiva”, devendo ser um meio de promoção de comunicação entre população, bem como potenciar a participação de forma activa das populações, tornar cada individuo agente e não mero espetador das transformações ocorridas na sua comunidade, com o fim de intervir socialmente melhorando a qualidade de vida da comunidade em causa. “Se designa por animacion toda acción en o sobre un grupo, una colectividade o un médio que tiende a desarrollar toda acción en o sobre un grupo, una colectividade o un médio que tiende a desarrollar lácomunicacion y a estrocturar la vida social recorriendo a métodos semidirevtivos; es un método de integrcion y de participacion. Lá funcion de lá animacion se define como una funcion de adaptacion á las formas nuevas de lá vida social (...), com los dos aspectos complementários de remedio para las inadaptaciones y elementos de desarrollo individual y colectivo” (J.P.IMHOF, 1971)

Com o objetivo de potenciar alterações sociais, a animação sociocultural deve ser uma prática inalienável do desenvolvimento comunitário. A participação dos colectivos é uma mais valia fundamental para o sucesso de possíveis intervenções de animação, Nunes Viveiros, Albino Luís (2008) em “o desenvolvimento local e a Animação sociocultural uma comunhão de princípios” afirmam que “A animação acontece nos métodos de desenvolvimento da comunidade através de um conjunto de iniciativas, desde que, haja o envolvimento activo e comprometido dos grupos sociais nas praticas de acção comunitária.”

No campo do associativismo de grupos de voluntários, a animação deve ser um meio promotor de participação cívica democrática, voluntária e responsável, que seja capaz de promover a identidade comunitária, nomeadamente a promoção do património cultural e natural, símbolo vivo da cultura local.

Tendo em conta que cultura é o elemento unificador na ideia de comunidade, o animador deve desenvolver meios de valorizar ou revalorizar o património local, nem que para isso tenha de reformular a forma de ver o ou explorar o património, de novo Nunes Viveiros, Albino Luís (2008) afirma que: ” Animar para o desenvolvimento comunitário é educar para os valores do “local”, sensibilizar para o papel que cada indivíduo pode cumprir para o bem comum, e sedimentar espaços de construção alternativos à realidade presente, enfim, provocar a mudança social com a comunidade. As pessoas deverão assumir o protagonismo da acção comunitário, um processo difícil de se construir na sustentabilidade da participação, mas certamente, mais activo, consciente, democrático e libertador de preconceitos culturais e estigmas sociais associados ao território local.”

Para que de melhor forma se respeite as vontades das populações, durante um trabalho de animação, é fundamental valorizar o estudo da realidade social e procurar formar informalmente para o desenvolvimento e formação de modo a criar um currículo aberto e sem ideias pré concebidas de forma a incrementar a participação das populações de forma consciente.

Onde nada acontece, localidades entregues ao marasmo de desenvolvimento, com pouca empregabilidade, despovoadas e enfraquecidos social, cultural e economicamente, insistir na conjectura que tudo está mal e nada o poderá mudar é enforçar o que sobra de tais localidades. Para que a animação sócio cultural se assuma como potenciadora de alterações sociais tem de acreditar no futuro e nos potenciais endógenos das localidades em causa. Contribuir para que as populações tenham consciência do que positivo têm é fundamental para que se enraíze a identidade local e desenvolvam competências para alterar a sua realidade.

Devemos então “Envolver para desenvolver”, ao envolver o publico alvo em torno de um tema ligado à sua identidade local o animador está a fomentar atitude, formação critica, um primeiro passo para que as pessoas, de modo livre, possam compreender e propor alterações para a sua realidade. Tomás Díaz, p 103 refere que um animador rural deve ser “ capacitado no domínio das técnicas de educação não formal vinculada ao desenvolvimento comunitário, com capacidade para realizar projectos de investigação participativa dos recursos desaproveitados; domínio de técnicas de pedagogia criativa; articulação de projectos operativos e realistas de desenvolvimento; promoção da vida associativa, enquanto fundamento da fortificação do tecido social e capacidade para cooperar com o movimento cooperativo local e saber formar líderes.” Com certeza que esta definição se encaixa no perfil de qualquer animador que pretenda realizar trabalho comunitário, seja nas cidades ou no meio rural.

Se a animação conseguir despertar actuações que mobilizem vontade de participar, partindo da realidade social, cultural e económica gera canais de comunicação que direcciona as populações à resolução dos seus problemas de forma participada.

Segundo o “código deontológico” do animador sociocultural (APDASC,2011) para que possa potenciar desenvolvimento sociocultural o animação baseia-se nos seguintes princípios Básicos (quadro nº1)

Quadro nº1

Confiança na pessoa	Confiança no grupo	Confiança na acção social
<p>-Indivíduo como protagonista de desenvolvimento.</p> <p>-Estimular o individuo.</p> <p>-Formar o individuo.</p> <p>-Promover os recursos humanos .</p>	<p>-Promover o diálogo.</p> <p>-Estimular a participação e tomada de decisões .</p> <p>-Facilitar o acesso à informação.</p> <p>-Fomentar a criação de grupos de opinião.</p>	<p>-Realização de iniciativas participativas que defendam os direitos das populações.</p> <p>-Dinamizar a vida social</p>

Assim sendo, tendo em conta os princípios mencionados a animação sociocultural integra três processos conjuntos de:

-Desenvolvimento, uma vez que pretende criar os meios e as condições necessárias para que qualquer pessoa ou grupo social possa resolver os seus problemas. Provoca a busca e interrogação constantes, bem como a tomada de consciência da sua própria situação.

-Relacionamento do ser humano consigo mesmo, com as obras e seus criadores, pretende dinamizar o ser humano por meio do diálogo.

-Criatividade, a animação sociocultural é propensa a fomentar a criatividade e o desenvolvimento de iniciativas, tanto individuais como colectivas. Os princípios mencionados, confiança na pessoa, no grupo e na acção social e política, são eixos essenciais em torno dos quais se move a animação sociocultural. A pessoa e a sua capacidade de iniciativa constituem o motor fundamental que contribui para o enriquecimento dos diferentes grupos sociais. O protagonismo que a sociedade civil vai adquirindo é propício a novas modalidades de mudança e transformação

Em suma, esta disciplina para ser promotora de alterações sociais deve trabalhar para e com as populações, trabalhar em prole das suas necessidades e potenciais, realizando projetos em parceria e nunca por imposição. Nunca devemos cometer o erro de utilizar a animação e a

relação entre as pessoas para impor actividades ou transformações contra a vontade ou necessidades das populações.

Não existe o perfil do animador, que com a viola às costas e ar simpático, consegue resolver e apaziguar os ânimos de sociedades moribundas Um animador não serve para apaziguar ou para defender interesses que não são os da população, mas sim para fomentar discussão formando e informando as comunidades. Para promover alterações sociais positivas precisamos de comunidades informadas e interessadas por a sua colectividade com um forte sentido de identidade local para que estejam capacitados a alterar cultural, social e economicamente as suas vidas. ” A animação sociocultural necessita de sentido, precisa de acreditar no fim que atribui a si mesma, nos valores que fende, nas verdades que problematiza. Uma animação sociocultural cínica, em que se fala do que se sabe ser falso, perde o seu estatuto de animação, em proveito de uma qualquer ideologia ou de um adestramento. Assim, há que recuperar a sua matriz identitária mobilização, envolvimento, relação (animus) e criação, construção e produção de projectos (anima).” (Peres,1999)

Não há fórmulas mágicas ou instantâneas para resolver problemas que se vêm a acentuar ou a agravar ao longo dos anos, como aqueles que vivem no interior de Portugal, e portanto o principal recurso a que a animação sociocultural pode recorrer é a educação não formal, a alteração de mentalidades durante a socialização secundária dos indivíduos através dos meios de socialização. Este é um processo fundamental para criar uma sociedade responsável e sustentável. Urge construir uma nova sociedade com projetos políticos e educativos ancorados na justiça, na solidariedade, na educação para a paz, na interculturalidade e no desenvolvimento humano e social.

Só com uma metodologia pedagógica e social participativa e mobilizadora é possível inverter a tendência pessimista do futuro, (De La Riva 1989) quando afirma: “O nosso tempo, a nossa realidade, não admitem já leituras lineares, interpretações unívocas e definitivas (...) Educadores, trabalhadores sociais, promotores e organizadores comunitários, animadores culturais, quadros políticos e sindicatos, militantes do movimento associativo popular, voluntários da sociedade... a nossa acção, a nossa intervenção, influi em maior ou menor grau, de uma forma ou de outra, no conjunto social, nas condições de vida da gente. A nossa acção é social. Porque o seu objectivo e o seu espaço é o das relações entre as pessoas, as suas normas e modelos de conduta as mentalidades e as atitudes sociais...”

2. Animação sociocultural em territórios de baixa densidade

Vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do norte e do sul, onde os jovens e os mais idosos, entre as cidades e o campo, um mundo que consome o laço entre os humanos e a natureza.

Mas vivemos também num mundo em que por todo o lado surgem iniciativas, projectos, movimentos de cidadãos e cidadãs determinados em alterar a face do planeta, conciliando abertura ao mundo e satisfação local das necessidades.

A sociedade Portuguesa acentua o fosso de desigualdade entre o litoral e o interior, a falta de empregabilidade conduz as populações a êxodos que despovoam localidades do interior, (com excepção de alguns casos) os baixos rendimentos e a dureza do trabalho, em locais onde o desenvolvimento é pouco ditam este paradigma de emigração. A fuga da população jovem reduz a sustentabilidade demográfica e agrava o envelhecimento demográfico, associado à falta de população surge o encerramento de serviços e esta realidade cria um ciclo de degradação social, educacional, cultural e económico.

As comunidades continuam a manifestar sintomas de atrasos significativos no seu desenvolvimento integral, provocados pelas realidades sociais e geográficas dos territórios. Acentuam-se o fosso entre as comunidades rurais e urbanas. Estes são estigmas materializados na desumanização do território, provocados por sintomas exógenos e endógenos: bolsas de pobreza associadas à falta de oportunidades de emprego, ao défice de dinamização da economia local, ao abandono dos territórios e à elevada taxa de analfabetismo. Uma realidade que conduz à exclusão social das populações mais vulneráveis.

“O envelhecimento da população associado ao declínio da população jovem e adulta activa provocado pelos movimentos de êxodo rural, o desânimo e descrenças nas melhorias da qualidade de vida individual e colectiva são causas para as quais, é preciso encontrar soluções participadas.” (Nunes Viveiros e Albino Luís, 2008)

Não nos podemos render perante a degradação dos meios rurais, pois a sua potencialidade é enorme. Devem ser promovidos meios entre as populações, de modo a explorar e renovar os locais de modo a criar “avalanches económicas” que permitam melhorar a qualidade de vida das populações residente e promover o repovoamento, como é o exemplo de Monsanto, esta

aldeia foi palco de reestruturações a nível das fachadas das casas, (no âmbito do projeto “Aldeias históricas) tal restauração fomentou a atractividade do espaço, traduzindo-se numa aumento do orgulho por parte dos habitantes, ou seja, melhorou-se a relação destes com a sua identidade local. Estes factores combinados conduzem Monsanto a um excelente local para a exploração turística. Estas novas formas de rentabilidade nos meios rurais que promovem o regresso de reformados ou trabalhadores independentes que transformam Monsanto num museu a céu aberto criou e cria desenvolvimento para a localidade

O que surge então fundamental numa política de desenvolvimento local para regiões mais desfavorecidas é a inversão do ciclo vicioso de negativismo, pessimismo e degradação.

Devemos promover um desenvolvimento comunitário que passe pela participação activa da população do território em causa, o que implica a existência de uma estrutura democrática com mecanismos de escolha e decisão. Como animadores simultaneamente valorizar os recursos endógenos, respeitar as necessidades das populações e assim encontrar um novo paradigma para o turismo e a sua sustentabilidade entre paisagem, populações e suas actividades. Utilizar o turismo como meio para um desenvolvimento sustentável é fundamental em territórios de baixa densidade, caso contrário, estaremos a realizar projetos ou actividades que representam picos de desenvolvimento como o exemplo dos cruzeiros do Douro ou a praia de Mangualde.

As regiões mais desfavorecidas não possuem as condições necessárias ao desenvolvimento, seja de densidade demográfica ou de serviços e, por tanto, há investimentos que seriam alavancas de desenvolvimento para estas localidades. Portanto, investimento público é fulcral, no entanto, todo e qualquer investimento deve ser antecipado por estudos indo ao encontro das necessidades das populações . “ Uma sinergia entre acções dirigidas do topo para a base, que promovem a transformação estrutural, e as acções dirigidas da base para o topo, que promovem o desenvolvimento territorial. Há que coordenar as iniciativas locais com as políticas sectoriais e regionais das administrações centrais, se se pretende neutralizar as deficiências que qualquer uma delas tem. Se apenas se aplicarem políticas sectoriais e regionais não só se desaproveita a capacidade de desenvolvimento como também pode actuar-se negativamente na dinâmica e na transformação das economias locais, ao privilegiar a redistribuição territorial relativamente à transformação produtiva. Se se favorecerem apenas as iniciativas locais, nem sempre se terão em conta as relações do sistema produtivo local com

o sistema nacional e internacional, ignorando-se o papel que a globalização desempenha na transformação do sistema produtivo” (Vásquez Barquero 1995)

Em coerência com este entendimento, a implementação de uma política de desenvolvimento deve visar a promoção de um processo contínuo de envolvimento dos actores locais e dos seus recursos, de forma a criar uma comunidade participativa e consciente.

As economias rurais vêm-se confrontadas com novas “regras” que cada vez mais definem o seu progresso, novos desafios e oportunidades surgem no meio rural, visto que vivemos numa aldeia global onde os meios e vias de comunicação nos unem e encurtam distâncias, o que nos obriga a reinventar o local, a empregabilidade e os meios de explorar nestes meios.

Urge analisar a singularidade de cada local e evidenciar-lo no mundo globalizado “A problemática da globalização remete a abordagem na busca pela afirmação de uma identidade, de elementos distintivos, de uma reputação própria, de características singulares que diferenciem o local dentro do universo da globalização. Um esforço que parte da descoberta, do reconhecimento e da valorização dos activismos locais, quer dizer, das potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens comparativas de cada território.” (António de Sousa)

Em territórios de baixa densidade é fundamental combater o abandono dos espaços rurais e a saída das populações, uma vez que o meio rural não é dispensável, não deve ser condenado ao abandono. Podemos reverter o processo de baixa densidade e degradação das aldeias, a que se junta uma desadequada utilização do espaço e da agricultura. Para isso devemos combater os vários desequilíbrios entre as potencialidades das localidades e a necessidade de investimento.

Para que os investimentos privados no interior tenham sucesso e sustentabilidade deve haver um acompanhamento dos investimentos públicos e vice-versa.

Há várias ideias que se devem empreender em conjunto, por exemplo: Podem as lojas de pequenas localidades ou até as lojas situadas nas denominadas “zonas históricas” das cidades criar meios de oferecer promoções e descontos, à semelhança do que os grandes estabelecimentos fazem entre eles. Como por exemplo: (compre na mercearia do bairro e terá desconto na droguaria). São medidas que se bem pensadas discutidas e aceites pela população ajudam a criar meios fortes de entrega de compromisso, que de certa forma como as grandes empresas garantem a fixação de clientes.

As prioridades para o desenvolvimento em meio rural deverão passar pela “procura de novas relações cidade-campo” e dando prioridade às pessoas, à iniciativa empresarial e ao emprego, a projectos reprodutivos com capacidade integradora, introdução de agentes inovadores e a novas funções económicas para as áreas sem agricultura rentável, e para isso será imprescindível implementar formas efectivas de planeamento integrado do desenvolvimento, para além dos necessários instrumentos de ordenamento do território. O desenvolvimento rural sustentável pode e deve estar ligado a tais estratégias de interligação entre agentes locais mas também com o ordenamento do território.

Para melhor compreendermos a importância do ordenamento do território e consequentemente o papel da animação em localidades de baixa densidade vejamos a opinião de António Montalvão Machado na revista Leader. “O ordenamento de um determinado território deve ser a base para a revitalização do mundo rural, valorizando os seus recursos naturais, reforçando uma rede de centros urbanos que apoiem e sustentem os processos de protecção e gestão nacional das comunidades, dos recursos e do património.

A nível local começa a haver importantes capacidades e competências para assumir a rédea da promoção de um processo de desenvolvimento, torna-se necessário que também a legislação se adapte a estas novas situações pois, partindo do pressuposto de que um território deve ser viável com base numa perspectiva de desenvolvimento sustentado em que macro interesses estatais se articulem com os interesses locais, todos deviam assumir, como primordial, a procura de um equilíbrio entre o ordenamento do território solidário com o ambiente e as comunidades locais, pois será desta relação que despontará a competitividade de uma região.

As políticas de ordenamento do território têm uma abordagem demasiado sectorial, utilizam instrumentos classificadores dos solos mas que não são estratégicos, são redutoras das capacidades locais ao terem tendência para a criação de ilhas ou guetos, sobrepõem-se às estratégias locais, possuem um carácter cíclico e as políticas de ordenamento do território estão altamente politizadas.

O agente de desenvolvimento deverá ser um dos maiores intervenientes em questões ligadas ao ordenamento do território (...), pois é um elemento novo para as regiões rurais (...) e que veio incrementar uma cultura de desenvolvimento em regiões onde não havia de facto. O agente de desenvolvimento tem uma capacidade de análise e de diagnóstico da região onde trabalha (...) é um planificador porque tem uma visão de futuro da região (...) tem a

capacidade de conciliar e de coordenar as acções das populações e dos agentes locais que trabalham nessa região.”

Tornar as localidades deprimidas viáveis com o objectivo de desenvolvimento, conhecer a localidade em causa de forma a valorizar os seus potenciais, os seus recursos endógenos, saber interpretar as dificuldades e planificar estratégias para contornar as adversidades, coordenar, informar e educar as populações para contribuir para uma sociedade que melhor possa decidir sobre o seu futuro, são vários os campos de acção de um animador sociocultural em regiões onde o enfraquecimento social económico e demográfico é constante. Ao depararmo-nos com uma localidade isolada, com poucos serviços, demograficamente envelhecida e enfraquecida onde reina o marasmo social, cultural e económico estamos perante uma imensidão de oportunidades, onde tanto há para promover para desenvolver e revalorizar.

Podemos, então, utilizar estratégias de marketing territorial de modo a fomentar a atractividade, a conquista de confiança e credibilidade posicionando a localidade e contribuindo para uma dinâmica de desenvolvimento. Face aos novos paradigmas de competitividade, os meios rurais que não tiveram capacidade para se posicionarem no mercado e se auto-promoverem correctamente entraram em processos de declínio potenciados por estratégias económicas mais agressivas de territórios concorrentes.

Quando um animador sociocultural se depara com a oportunidade de trabalhar num território de baixa densidade deve ter a consciência que está perante um vasto leque de oportunidades a desenvolver, de cariz turístico, agrícola, reutilização/recuperação do património, entre várias possibilidades. Com projetos planeados e de acordo com as necessidades e vontades das populações tem a possibilidade de contrariar o marasmo a degradação da localidade. Devemos ter a noção de que quem consegue reverter tais situações de degradação está a ser pioneiro e histórico num processo de recuperação dos locais tão fustigados por múltiplas dificuldades.

3. Animação turística e Nova museologia

“Não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas o desenvolvimento (...) que torna o turismo rentável” (Ascher 1984)

A ocupação do tempo livre, disponível para o lazer em actividades que podem ser englobadas pelo turismo, define-se por ser a deslocação de pessoas para fora da sua área de residência por mais de vinte e quatro horas. O aumento de tal tempo de ócio tornou este fenómeno num fenómeno de massas. Assim, a partir da revolução industrial, em Portugal principalmente depois dos anos 60, as conquistas sociais e o aumento da renda salarial tornam possível, a uma parcela crescente da população, o uso do tempo livre em viagens de turismo.

O modelo de sociedade urbano/industrial estruturada na base do trabalho-moradia-lazer, faz surgir, entre outras coisas, a vontade de evasão do quotidiano num numero crescente de pessoas que, sujeitas ao ritmo frenético imposto por as cidades, cada vez mais artificiais, vêm na viagem uma possibilidade de escapar da rotina do trabalho repetitivo, uma possibilidade de recuperar-se física e mentalmente do desgaste causado por o meio urbano, desfrutar de momentos de liberdade e únicos, entrar em contacto com a natureza e viver novas experiências num novo território que não o seu.

Neste sentido, também no turismo, como em qualquer ramo de negócios, está por trás um poderoso esquema de promoção e marketing, cujo objectivo é vender um produto turístico, função da animação a par da exploração turística, a exploração sustentável ente paisagem, agricultura e populações em interacção com as ofertas turísticas.

A agricultura transforma, a paisagem, que por sua vez é mercadoria do marketing turístico, com o fim de gerar proveitos financeiros e produtos destinados a ser consumido por o público alvo. Na opinião de Krippendorf (1989) o turismo deve ser visto não apenas como fenómeno social mas sobre tudo como um produto.

A oferta turística é entendida como um conjunto de bens e serviços diversos que são guiados pela procura. O elo de ligação é o consumo de alojamento, restaurante, transporte, tudo unido pela comercialização de bens de serviços. Pode-se entender como produto concreto, orientado para determinados segmentos de mercado, os produtos turísticos específicos como o turismo de saúde, desportivo, de sol e praia, de congresso.

É um plano ou programa de viagem de ida e volta que um turista realiza. Pode ser elaborado pelo próprio turista (auto consumo) ou por um profissional sobre a forma de pacote.

Um produto turístico é uma combinação de prestação de elementos tangíveis e intangíveis que oferecem alguns benefícios ao cliente como resposta para certas expectativas e motivações. O produto é que é concebido como uma realidade integrada que os turistas percebem e não é composto por um único elemento mas por um conjunto. De um ponto de vista territorial, o produto turístico é o destino no seu todo, ou seja, o território. O espaço território é assim a matéria-prima do turismo

Quando falamos em desenvolvimento turístico, devemos compreender que esta expressão não é sinónimo de desenvolvimento pois nenhuma actividade económica sectorial pode assegurar um desenvolvimento global que contemple todas as dimensões da vida social” (Cruz 2000) Ou seja, a exploração de um produto turístico isoladamente não é a resolução por si só dos problemas de uma localidade. O turismo pode e deve ser uma alavanca de que promove desenvolvimento que oferece empregabilidade e combate o despovoamento e degradação da localidade. No entanto, se for compreendido apenas como um meio de exploração de um produto corre o serio risco de se tornar insustentável como o exemplo dos cruzeiros do Douro, que oferecem pacotes turísticos de exploração da paisagem do Douro mas em nada colaboram para o desenvolvimento das localidades (podemos assemelhar a actividade dos cruzeiros do Douro a um excursionismo dentro de um barco). Esta situação não é sustentável pois a paisagem do Douro é dependente da actividade das populações ao longo da sua margem, com o crescente despovoamento de tais localidades a paisagem corre serio risco de não conseguir manter os seus traços atractivos.

Mas a exploração turística tende a mudar, em direcção a novos modelos turísticos alternativos como o que autores como Trzyrna (1995) sustentam “Definido como processo de mudança social e de elevação de oportunidades presentes na sociedade, sem comprometer a capacidade das gerações futuras verem atendidas as suas próprias necessidades, o desenvolvimento sustentável requer a compatibilização no tempo e no espaço, entre crescimento, eficiência económica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social.”

Em 1995, a Comunidade Europeia publica o “V programa em direcção a um desenvolvimento sustentável”, contendo algumas medidas e acções sectoriais no sentido da sustentabilidade.

No mesmo ano, a conferência mundial sobre turismo, elabora a “carta Mundial para o Turismo Sustentável”

Entre os principais objectivos enunciados na carta, sobressaem alguns elementos chave do desenvolvimento local, entre os quais, o reconhecimento de factores locais como o ambiente e a cultura na definição da estratégia turística, ou ainda a cooperação e co-responsabilização dos diversos intervenientes assim como a participação das comunidades locais na satisfação do turista.

A conferência Mundial de turismo Sustentável recomenda aos governos nacionais e regionais, a construção com urgência de planos de acção para um desenvolvimento sustentável aplicados ao turismo, em consonância com os princípios enunciados na carta.

“O conceito de turismo sustentável compreende cinco dimensões:

- Sustentabilidade ecológica;
- Sustentabilidade social;
- Sustentabilidade cultural;
- Sustentabilidade económica;
- Sustentabilidade espacial.

O turismo sustentável é um instrumento de fixação da populações, não apenas para a promoção do produto a vender ao público alvo, mas também preservar a identidade local e fomentar uma relação positiva entre os visitantes e as comunidades locais. A exploração turística não pode ter apenas o objetivo de agradar aos turistas os seus consumidores, devem privilegiar uma relação entre turismo e produtos culturais, e isso inclui as pessoas, agentes originais produtos vivos da cultura que certamente têm uma palavra a dizer sobre o património visitado.

“O território, que se quer também turístico, deve ser (re)construído envolvendo e unindo, todos os actores que, no local, visionam o seu futuro, usando a inovação aprendizagem, as redes e a governança como factores decisivos, e em que a coesão interna de todos os elementos que o compõem, aliada a uma necessária abertura ao exterior, se assumem como determinantes para o seu sucesso. Mas a sustentabilidade do território, que também se quer

turístico, não se faz apenas com os actores locais. Faz-se, transforma-se e reconstrói-se também pela partilha e aprendizagem com os visitantes.

Em suma, o desenvolvimento (turístico) local constrói-se pelo embate quotidiano dos diferentes actores do local, movidos pelos seus interesses, e reprocessado pelas suas representações político-sociais, pelas suas empresas, planeadores e governos, tendo como referencia os padrões de consumo dos actuais e novos turistas, as necessidades das populações locais, as expectativas de lucratividade e os imperativos de conservação ambiental, tendo, sempre, como pano de fundo, a qualidade de vida das populações e dos cidadãos e a sustentabilidade.” (guiddens, Touraine)

Em algumas áreas rurais, como Barca D’Alva, por exemplo, o processo de despovoamento é já tão grave que põe em causa o futuro do lugar, a identidade desaparece à medida que a população abandona a localidade e num futuro próximo a paisagem do Douro estará em causa, uma vez que a população que a define começa a ser residual. Barca D’Alva é apenas um exemplo repleto de potencialidades de investimento dotado ao abandono e uma exploração turística que apenas se preocupa em escoar produto.

“A crescente valorização dos elementos patrimoniais tem assumido um destaque particular nas últimas décadas, especial relevo nas áreas rurais. Confrontadas com processos de descaracterização, justificados, na sua maioria, por ausência de dinamismo económico e consequentemente por perdas significativas de população, carecem de estratégias concentradas de desenvolvimento.

A sua concepção implica um conhecimento aprofundado do potencial endógeno, destes territórios, para que seja possível perceber até que ponto os elementos antropogénicos da paisagem e o seu abstracto natural podem ser entendidos e valorizados patrimonialmente, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento local sustentável mais amplo que o mero aproveitamento turístico” (Lopes e Castro s/d). Em Barca D’Alva o que acontece é um “mero aproveitamento turístico”, o investimento turístico existente não se traduz em desenvolvimento para a localidade, é um género de turismo que escoar produto para benefício de uma empresa apenas.

Em 1984 surge a declaração do Quebeque, com a realização de um atelier onde se discutiu a necessidade de explorar o turismo de forma alternativa criando a nova museologia “Entre os objectivos prioritários do Atelier, devem ser mencionados a tentativa de criação de condições

de intercambio entre experiências de ecomuseologia e, de modo geral, da nova museologia, e o esclarecimento das suas relações com a museologia instituída em geral. Enfim pretendia-se aprofundar e rever conceitos e encorajando ao mesmo tempo novas práticas museológicas. (...) Por oposição a uma museologia de colecções, tomava forma uma museologia de preocupações de carácter social.” (declaração do Quebeque 1984)

Faz parte do carácter da nova museologia tornar o visitante em colaborador da cultura da paisagem, contando com a intervenção das populações, o grande objectivo será trazer os museus para fora das quatro paredes e colocá-los a céu aberto, aproveitando os saberes da população e tornando a cultura e identidade local vivas.

Podemos comparar os museus tradicionais a cemitérios onde a cultura está sepultada até que determinadas pessoas e ou em determinados dias calendarizados decidam visitar. Não querendo ser mal interpretados consideramos o trabalho de preservação cultural que os museus realizam de extrema importância, mas para visitar um museu é preciso haver uma pré disposição para o fazer, o que pressupõe uma deslocação a um determinado sitio, ver determinado tema, e como conhecemos o sedentarismo e preguiça da maioria dos portugueses, conseguimos perceber a fraca afluência que se vê nos museus.

Se formos capazes de colocar a cultura in situ, como acontece em Monsanto, a cultura invade as ruas bem como os visitantes e habitantes. Se formos capazes de colocar a cultura tão disponível para quem a consome colocamos a cultura obrigatoriamente ao serviço de todos, visitantes e habitantes num processo educativo constante e evolutivo. “ O objectivo da museologia deveria ser o desenvolvimento comunitário promotor de postos de trabalho pela revitalização artesanal, agrícola e industrial.

O museu saindo fora do edifício que tradicionalmente o abriga permitiria em última análise a sua inserção nos meios desfavorecidos e a disponibilização de novo tipo de colecções particulares.

Essencial à nova museologia era a interdisciplinaridade que contrariava os saberes isolados e redutores abrindo novos territórios á reflexão científica, empírica ou mesmo pragmática.

O público, nesta perspectiva, deixa de ter um lugar fundamental nestes novos museus para dar lugar á ideia de colaborador, de utilizador ou de criador. Mais importante do que observar a nova museologia propunha-se o acto de realizar com suporte de reflexão e intervenção. A

ideia que a exposição museológica era ou devia ser antes de mais um processo de formação permanente e não mais o objecto de contemplação.” (Moutinho,1995)

Com a cultura nas ruas colocamo-la nas mãos de quem pertence, os habitantes locais, que dessa forma tornam-se indivíduos mais conscientes da sua importância no meio, valorizando o património e preservando a comunidade.

4. **Desenvolvimento local e comunitário**

O desenvolvimento local é um processo de alteração da realidade, potenciando as populações para exercerem uma cidadania responsável, activa e livre. As pessoas devem alterar a realidade das suas vivências através da sua opinião, da discussão, o que nos conduz a um enriquecimento democrático potenciador da população em participar na vida da sua comunidade. Este projeto, através do vídeo, dá voz às populações através dos seus depoimentos, ficamos a conhecer os benefícios e problemas das suas localidades. Deste modo, podemos contribuir para um processo de desenvolvimento local e comunitário.

O desenvolvimento local e comunitário caracteriza-se como um método de desenvolvimento através da melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente nas condições culturais, económicas, educativas e sociais através de iniciativas que contem com o apoio das comunidades, deste modo valoriza-se os recursos humanos e materiais.

Deve ser fundamental realizar actividades que promovam desenvolvimento em “meios desfavorecidos” e tal como está referenciado na citação apresentada, é fundamental promover a auto-estima das populações promover a sua identidade local e os orgulhos que devem ter no seu território. O documentário a apresentar procura promover tal identidade será evidente em Monsanto e até em Barca D´Alva onde as populações têm um imenso orgulho, gosto na sua terra, com o objectivo de atrair novos habitantes para o interior procuramos evidenciar a identidade local e potenciais das localidades.

“Una cominidad es una agrupacion o conjunto de personas que habitan un espacio geográfico delimitado y dilimitable, cuyos miembros tienen conciencia de pertencia o de identificacion com algun símbolo local y que interaccionan entre si más intensamente que en outro contexto, operando en redes de comunicacion, intereses y apoyo mutuo, com el preposito de alcanzar determinados objetivos, satisfacer necesidades, resolver problemas o desempeñar finciones sociales relevantes a nível local” Ezequiel Ander-Egg

A alteração de uma comunidade não se faz instantaneamente, não há soluções rápidas e eficazes ou mágicas que resolvam os problemas de uma localidade. Deste modo, o desenvolvimento comunitário deve ser um processo contínuo de educação para a participação da população, só assim é possível a construção de uma cidadania activa e uma democracia participativa.

Uma das questões que foi feita durante a realização deste trabalho, prende-se com as razões do desinteresse das pessoas sobre as suas realidades? Fomos-nos apercebendo que as pessoas não acreditam que podem alterar seja o que for, a não ser que seja sua propriedade, ou seja, alguém governa o comum e cada um governa o particular. As pessoas foram educadas desde a revolução de vinte e cinco de Abril de 1974, a confundir democracia com eleições e conformismo. O dicionário da língua portuguesa define democracia como sendo um “Sistema político que faz residir a fonte da soberania no conjunto da população no povo sem qualquer discriminação”. Segundo esta definição, interpretamos que o tipo de democracia que utilizamos para governar Portugal, o sistema representativo não é democrático porque discrimina as populações e o território do interior, uma vez que a representatividade na assembleia da república tem uma litoralização igual à do território nacional, sendo cada vez menos deputados a representar os distritos do interior. Por outro lado este tipo de participação democrática apenas convoca as populações durante eleições

“A sociedade Portuguesa actual, o medo, a reverência o respeito temeroso, a passividade perante as instituições e os homens supostos deterem e dispensarem o poder-saber não foram ainda quebrados por novas forças de expressão da liberdade” (Santos e Avritzer 2003)

Vivemos uma democracia que exige pouco dos cidadãos, e muitas vezes afasta-os, devido à complexidade de termos e legislações, a política não adequa a sua linguagem ao público alvo (a não ser durante as campanhas eleitorais) Desta forma a população alheia-se e não percebe o que acontece à sua realidade, apenas sofre as consequências. Veja-se o exemplo de um depoimento apresentado no documentário onde uma senhora nos diz: “ olhe menino não percebo nada disto, estava a ver as notícias e eles diziam que Portugal foi não sei a onde vender despesa, depois de a vender ainda foi pagar juros altos, diziam eles como é que isto é possível?”. Apresentamos este exemplo para evidenciar que a política não vai ao encontro das expectativas das populações. Obviamente que o facto a educação das populações ser de baixo grau agrava esta situação, no entanto, a política apresenta-se às pessoas como algo inacessível para a maioria.

Temos de promover a participação independente das pessoas na vida política, na vida democrática da sua comunidade, segundo o autor (Santos e Avritzer 2003) mostra a vulnerabilidade e ambiguidade da democracia “ Perversão pode ocorrer por diferentes vias, incluindo a burocratização da participação, a reintrodução de clientelismos sob novas formas,

a instrumentalização partidária, a exclusão de interesses subordinados através do silenciamento ou a manipulação das instituições participativas”

O desenvolvimento comunitário é um desafio permanente, espaço de construção de uma cidadania activa e fundamento da democracia participativa.

A questão da participação da população no desenvolvimento é crucial no entanto é mais fácil teorizar sobre o assunto do que por em pratica, até porque existem vários tipos e influências de participação. Pode existir participação voluntária ou, manipulada ou com base em interesses por exemplo.

As medidas que promovem a participação da população raramente são fáceis de implementar, apresentam-nos benefícios e custos que devemos ter em conta quando colocamos em prática uma iniciativa de participação comunitária. No quadro seguinte exploramos os benefícios e inconvenientes de medidas que promovem a participação da população:

Benefícios	Inconvenientes
-Inclusão	- Complexidade dos processos de decisão
-consensos	- Tempo que é necessário consumir para tomar decisões
-estabilidade	-Pode dar lugar a grupos de interesse com capacidade para manipular decisões
-criatividade	-Pode tornar-se numa acção populista e demagógica
-Intervenção	-Conflitualidade por lutas de poder
-Distribuição justa de bens públicos	
-Consciencialização	
-Mobilização	
-Compromisso	

No desenvolvimento centrado nas pessoas e nos locais, a participação activa dos cidadãos e das comunidades é vista como uma questão essencial. Tal participação tem um sentido social

e cívico e é, cada vez mais entendida como *empowerment*, ou seja, como a efectivação do direito das pessoas e comunidades a terem uma palavra substancial e real nas decisões respeitantes às suas vidas. É diálogo, intervenção, interacção, consciencialização, aquisição de poder, ganho de capacidade de intervenção independente, auto-mobilização para a mudança, exercício de cidadania emancipadora, libertação. Não é envolvimento funcional e passivo, meramente promovem as interacções, contribuem para o fortalecimento do tecido social e conferem mais poder aos sujeitos envolvidos.

Sabemos que o interior na actualidade perde o seu carácter de território produtivo, a litoralização de Portugal fez com que o interior perdesse a maioria da mão-de-obra produtiva “A agricultura tem vindo a perder peso e hegemonia sobre o espaço e a sociedade esta perda poderá traduzir-se numa tendência para a homogeneização da cultura e dos modos de vida rural e urbano” (Cavaco 1992)

A paisagem rural está marcada pelo atraso, estagnação e declínio demográfico, fundamental para alterar esta tendência, para isso é preciso requalificar a degradação a que o interior está entregue e reutilizar o espaço, transformando-o rentável através de novos meios de exploração agrícola e exploração turística. Desta forma, vamos valorizar o espaço, as populações e a sua cultura, para inverter esta tendência acreditamos que é necessário requalificar, reutilizar e valorizar.

Encontramos um casal apologista desta política, em Monsanto, durante o trabalho de campo, que vieram a ser intervenientes no documentário em apresentação. O casal em causa durante uma visita a Monsanto encontrou umas ruínas que decidiu requalificar. Reutilizaram o espaço e criaram uma “Taverna” onde valorizam os produtos e paisagem de Monsanto, bem como a criação de um símbolo e uma imagem de marca desta aldeia.

A revitalização da imagem das áreas rurais tem sido aproveitada por a exploração turística, no entanto, a paisagem é dependente da intervenção humana, que nos meios rurais tem (maioritariamente) como actividade a exploração agrícola que caracteriza e preserva a qualidade da mesma. O turismo em meios rurais depende desta frágil ligação entre agricultura, paisagem e populações. Portanto, é fundamental atrair população para as localidades rurais, reutilizando o espaço e as suas (novas) potencialidades económicas, tendo em conta que vivemos numa aldeia global é possível atrair os novos rurais e de certa forma fomentar um regresso às origens ou um êxodo urbano.

Como forma de fixar a população existente, mas também para atrair novos habitantes às localidades rurais, devemos valorizar a cultura identitária da comunidade e do território. Dinamizar a actividade cultural, de forma sustentável, deve ser um desafio para o animador que pode contribuir na coesão social, criando rentabilidade através da cultura e das potencialidades locais.

As populações devem estar consciencializadas e sensibilizados para os benefícios que podem obter através da exploração da cultura. Portanto, é fundamental formar a população com consciência crítica para a participação no desenvolvimento comunitário.

Para poder-mos verdadeiramente recuperar a paisagem ou valorizar os aspectos culturais de uma localidade dependemos da população local, fontes vivas que transpiram cultura local. A ideia de cultura deve ser concebida como elemento de inclusão social, uma responsabilidade de um conjunto de instituições - museus, autarquias, centros culturais, teatros e associações -, que têm um papel activo em projectos de desenvolvimento comunitário no contexto cultural. A auto-estima das pessoas podem ser trabalhadas desde a cultura, é imperioso desenvolver um processo de consciencialização através da cultura, trabalhar atitudes e comportamentos, desenvolver processos sustentáveis de empregabilidade desde a cultura.

Os agentes do desenvolvimento local, nomeadamente os Animadores, não podem conceber a ideia de desenvolvimento comunitário divorciada das pessoas, dos territórios e dos seus recursos. Pensar o desenvolvimento é promover práticas de cidadania activa e comprometidas com a cultura. A Animação sociocultural deve acentuar o garante da comunidade no acesso ao usufruto do património cultural.

A sociedade precisa de Animadores socioculturais comprometidos com a cultura dos valores, da justiça social, do compromisso com o desenvolvimento sociocomunitário e de animadores carregados de humanismo.

Além de valorizar os recursos endógenos, é fundamental atrair população para as localidades despovoadas e o facto de os dias de hoje nos oferecerem meios e vias de comunicação eficientes tornam-nos numa aldeia global ainda mais pequena, agudizando a nossa independência em relação à concentração de bens, serviços e postos de trabalho nos meios urbanos.

Se durante os anos noventa afirmássemos que seria possível apelar ao retorno aos meios rurais, pouca gente veria vantagens em tal apelo, mas “mudam-se os tempos mudam-se as vontades” e agora já em 2012 é possível comprovar que a atual litoralização das populações é insustentável, económica, cultural e socialmente. Produzindo uma realidade diferente daquela que se vivia há poucas décadas.

Economicamente seria possível revalorizar e reutilizar os recursos endógenos das localidades do interior do país, tão valiosos como o vinho, azeite, amêndoa, cortiça, entre outros. Culturalmente seria possível revitalizar e reutilizar os conhecimentos, costumes e tradições em prol da agricultura, paisagem populações e turismo. Socialmente, porque a sobrelotação das cidades apenas nos oferece stress, trânsito, em todos os meios, vias de comunicação, bem como serviços prestados, além de que o custo de vida é extremamente elevado.

O êxodo urbano já é uma realidade, no entanto com um desenvolvimento errado, de 1995 até 2005 Lisboa, por exemplo, perdeu vinte por cento da população, no entanto a maioria saiu da cidade para os seus arredores. Não é este o conceito que defendemos pois o problema apenas é disfarçado ou aumentado, visto que a área metropolitana de Lisboa continua a crescer e o despovoamento do interior segue-lhe o exemplo.

No entanto, a tendência de Portugal para a litoralização não é obrigatória, aliás é possível equilibrarmos a densidade populacional e trazer o conseqüente desenvolvimento ao interior. O facto de a banda larga chegar a quase todo o território, os meios e vias de comunicação (apesar de ainda caros, e com portagens em alguns serviços que condicionam a utilização) são extremamente úteis no que diz respeito ao desenvolvimento do interior e podem atrair novos investidores, como por exemplo trabalhadores independentes, pequenas empresas e multinacionais que se dediquem à exportação. Muitas empresas teriam muito a lucrar com o posicionamento geoestratégico de determinadas zonas do interior, nomeadamente na zona da raia com posição privilegiada à exportação.

Torna-se fundamental repensar, reutilizar, a forma como “vendemos” o território mais do que debitar factos históricos ou culturais de “Portugal profundo”. É necessário animar as nossas regiões menos desenvolvidas, promover o investimento público que atraia desenvolvimento privado, através dos vários tipos de turismo, da agricultura que por sua vez revitaliza a paisagem. O interior Português deve adaptar-se a estes novos meios de subsistência como o turismo, trabalhadores independentes, modernização da agricultura. É nossa obrigação como

animadores, promover o regresso ao campo junto dos agentes culturais mostrar que é possível valorizando o património natural, construído, através de todos os benefícios que o interior tem para oferecer tais como a, gastronomia, historia, tradição e paisagem, muitos produtos endógenos que se recuperados e valorizados dão vantagem às zonas rurais no que à qualidade de vida diz respeito.

Capítulo III:

O Documentário como estratégia de Animação sociocultural para o desenvolvimento



1. A Participação comunitária através das novas ferramentas ao serviço da Animação sociocultural

Quando falamos de novas ferramentas ao serviço da animação sociocultural falamos de ciberanimação e de novas tecnologias que estão ao dispor dos indivíduos e dos grupos, mas novas ferramentas de comunicação e aquisição de informação como o ciberespaço representam para o animador novos campos de intervenção que podem conduzir a grandes alterações sociais. Mais do que novas tecnologias informáticas estes novos meios de comunicação como a internet, as redes sociais ou meios audiovisuais para comunicar, representam um novo paradigma sociocultural, uma nova cultura, novos espaços e redes para a comunicação e interactividade, liberdade de expressão, de auto organização social, de comunicadores reais que se estruturam no espaço virtual, de desenvolvimento social e comunitário. “Mas a partir de uma visão mais crítica da Sociedade das Tecnologias, o animador sociocultural não têm outro remédio se não prestar atenção à potencialidade que a sociedade de informação oferece para o diálogo, a tomada de consciência crítica, a mudança social, a interactividade, a estruturação das comunidades humanas, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável.” (Mário González, 2008)

Novas ferramentas como meios audiovisuais em prol do desenvolvimento comunitário revelam-se como ferramentas de desenvolvimento dos direitos culturais e individuais, os direitos individuais asseguram a liberdade de acção e criação de conhecimento, igualmente asseguram a livre expressão do indivíduo e da sua comunidade. Por outro lado tais ferramentas de comunicação incentivam a participação activa dos indivíduos para a resolução dos problemas eventualmente identificados. “A participação pressupõe a tomada de posição activa nos processos de idealização, debate social, criação de opinião, aculturação tomada de decisão e o traçar de projectos para uma comunidade. A participação não é uma técnica ou um método de trabalho, a participação é fundamentalmente uma atitude, uma tomada de consciência crítica, um modo de actuação que parte da interiorização de pertença, a solidariedade e o compromisso com a comunidade.” (Mário Gonzalez, 2008)

O animador quando confrontado com a possibilidade de trabalhar com novas ferramentas tecnológicas de comunicação deve assumir um papel de educador e de forma crítica mas construtiva procurar através da sua actividade revelar problemas e potenciais da questão em causa. “Geralmente, o animador identifica aquelas situações sociais que entende serem portadoras de uma dinâmica que lhe permite jogar um papel revelador, por exemplo

desmascarar as relações de poder, definir as atitudes de manipulação, expressar o carácter repressivo que a instituição pode por vezes ter. Está no centro de vários sistemas contraditórios e a sua tarefa permite-lhe assumir estas contradições, tanto intelectual como afectivamente, para depois poder fazer as sínteses necessárias ao progresso das instituições e dos grupos.” (Miguel Balasco, 2008)

De facto, ao longo da realização deste projeto procuramos identificar situações sociais que entendemos pertinentes como tema para a realização de uma actividade com recursos a meios áudio visuais e que simultaneamente pudéssemos explorar e denunciar determinadas relações de poder que têm de ser alteradas.

Não podemos ignorar o papel fundamental que exerce as novas tecnologias no trabalho do animador sociocultural, cada vez mais a realidade virtual se aproxima da vida real das pessoas. A utilização das novas ferramentas da Web contribuem para um trabalho criativo e útil no seio das populações.

Hoje podemos viver numa aldeia e sentirmo-nos no centro do mundo. Muitas pessoas que preferiram viver no meio rural continuam a trabalhar via Web, deslocando-se poucas vezes aos seus locais de trabalho nas cidades. Aqui reside uma vantagem de se viver no campo e estar simultaneamente ligado ao mundo do trabalho. O desenvolvimento das redes sociais, uma vez bem aplicadas, veio contribuir para que as pessoas não se sintam tão isoladas, possibilitando o contato, a partilha de ideias e amizades. O trabalho do animador pode, por esta via, ajudar as pessoas de meios rurais a utilizarem correctamente os serviços da Web, até na marcação de consultas médicas, pagamentos via electrónica e outras prestações de auxílio.

Mas tão importante como democratizar a utilização das novas tecnologias será também promover a liberdade que estas oferecem a alguns profissionais pelo facto de poderem exercer as suas funções deslocalizados dos meios urbanos.

2. Contextualização da problemática

O projeto que agora formalizamos teve início com o objetivo de realizar um documentário que evidenciasse os prós e contras da realização de um projeto de vida num meio urbano e rural. Pretendíamos realçar que, de certa forma, apesar de várias contrariedades é mais favorável optar em investir na qualidade de vida que os meios rurais nos podem oferecer hoje em dia, do que viver nas cidades. No entanto, após várias alterações preferimos realizar um documentário cujo enfoque se centrasse principalmente sobre as qualidades dos meios rurais em vez dos aspectos negativos do meio urbano.

Contudo, não pudemos deixar de fazer uma referência à vida nos meios urbanos, capítulo que pretende responder à questão da pertinência de insistir em projectos de vida nas cidades. São vários os fatores da vida citadina que queremos que o público se aperceba, como o custo de vida, o stress, a falta de tempo, o facto de empregabilidade já não ser garantida e a sobrelotação de meios, vias de comunicação, serviços de educação e saúde.

Por outro lado, a vida em meios rurais pode oferecer-nos novos meios de empregabilidade através de formas de exploração económica, produção agrícola moderna possivelmente mais rentável, a possibilidade de criar projetos inovadores e de trabalhar independentemente via Web com um custo de vida reduzido. São várias as possibilidades que podem conduzir uma nova geração de novos rurais que em busca de mais tempo e melhor qualidade de vida começam a acreditar nas potencialidades do interior.

No entanto, decidir por uma alteração tão radical do estilo de vida, como mudar-se do meio urbano para o meio rural, nem sempre é de fácil aceitação, até porque uma alteração tão profunda não pode ser feita apenas baseada em romantismos. Tudo o que não seja baseado num projeto realizado com estudos profundos sobre a realidade da localidade, as dificuldades e os aspectos positivos, o publico alvo e o que rentabilizar, pode ser fatal e destruir o sonho.

Várias são as contrariedades em viver e trabalhar em meios rurais, a falta de transportes públicos, educação débil (tanto a nível de analfabetismo como o facto de várias localidades não terem escolas e serviços de educação), o que certamente afecta a formação dos jovens, falta de serviços de saúde, meios e vias de comunicação menos apelativas do que as dos meios urbanos e, sobretudo, a falta de empregabilidade de massas como a falta de sectores industriais. Tudo isto conduz a situações de êxodo que provocam baixa densidade demográfica e envelhecimento da população.

Num inquérito de 1997 do Observa (uma entidade ligada ao Instituto de Ciências Sociais e ao ISCTE) revelava o corpo urbano e a alma rural dos portugueses. Contrariando a tendência de migração para as Áreas Metropolitanas e cidades do litoral, os portugueses consideravam que se vive melhor exactamente nos sítios de onde mais saem: no campo e nas aldeias. Com efeito, cerca de 42 por cento dos portugueses dizia então que gostaria de lá viver, enquanto apenas sete por cento mencionava, como locais preferenciais, as grandes cidades e somente quatro por cento a praia. No campo, as pessoas valorizavam, nesse inquérito, sobretudo a calma (26 por cento), a beleza e o aspecto saudável (23 por cento) e a proximidade com a Natureza (18 por cento). Em contraponto, num segundo inquérito do Observa, feito há cerca de dois anos, as pessoas que desejavam sair das grandes cidades apontavam, como factores principais, o excesso de agitação e o stress (quase 70 por cento), a poluição do ar, ruído e lixo (cerca de 60 por cento), a criminalidade e falta de segurança (quase metade) e o excesso de trânsito (42 por cento). Perante tanta vantagem do campo e tantas desvantagens das cidades, quais são então os motivos por que a generalidade das pessoas estão onde não querem e não estão onde desejavam?

Tendo em conta a situação de contingência económica que Portugal atravessa vamos analisar a vida no meio urbano e no meio rural. Lisboa é o exemplo por excelência de um meio urbano, uma vez que é a capital de Portugal, a maior e mais importante cidade do país, centro económico, político e cultural. Numa área de 84km² tem uma população de 556 797 habitantes. A zona conhecida como Grande Lisboa (que inclui as zonas circundantes) concentra uma densidade populacional de 2,1 milhões de habitantes distribuídos por 2750km². Através destes dados podemos concluir que Lisboa tem uma densidade populacional elevada, até sobrelotada. Há excesso de habitantes na grande Lisboa quando comparado com localidades como a Guarda ou Castelo Branco, uma tendência que se tem vindo a agravar segundo os dados provisórios dos censos 2011 “O país acentuou o padrão de litoralização da década anterior e reforçou o movimento de concentração da população junto das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. A maior parte dos municípios do interior perdeu população. Em 2011, são 198 os municípios que registam decréscimos populacionais face a 171 municípios em 2001.”

Em termos populacionais, a macrocefalia bicéfala formada pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, acentuou-se, concentrando-se aí cerca de 60 por cento da actual população portuguesa. Com a litoralização populacional a ser uma das imagens de marca do país. Cerca

de 80 por cento da população portuguesa e três quartos das localidades estão encaixadas na estreita faixa costeira que se estende do Minho-Lima até à Península de Setúbal. Se acrescentarmos o Algarve chega-se quase aos 85 por cento. Os 23 concelhos com mais de 100 mil habitantes todos na faixa litoral, os distritos de Lisboa, Porto, Braga e Setúbal possuem 40 por cento das almas lusitanas apinhadas em menos de quatro por cento da área do país.

Tudo isto comprova a pertinência do projeto a apresentar. É fundamental tentar inverter esta situação que não é sustentável, nem para os meios urbanos nem para os rurais.

Lisboa, como capital que é, não podia deixar de ter um sistema de transportes públicos minimamente eficientes onde o Metro, autocarros e eléctricos facilitam a mobilidade dos habitantes. No entanto, todos os dias entram milhares de veículos provenientes das zonas periféricas (dormitórios).

Em Lisboa também há falta de serviços públicos como escolas pública e centros de saúde, mas não pelos mesmos motivos que as localidades do interior. Não é de falta de meios que Lisboa sofre mas sim de sobrelotação dos mesmos.

A busca de uma justa melhoria da qualidade de vida, aquando da revolução industrial portuguesa no século XIX, fez com que as populações rurais fustigadas por um trabalho duro e pouco rentável na agricultura partissem para as cidades que procuravam mão de obra para se industrializarem. As populações auferiam de um salário fixo e horários menos rigorosos (além de vários outros direitos que foram conquistados), a possibilidade de melhores alojamentos bem como serviços de saúde também foram fatores que atraíram as populações para as cidades. Tal situação prolonga-se até aos dias de hoje, cada vez menos por culpa da industrialização mas sim em busca de melhor educação de melhores serviços e empregabilidade. Os resultados dos Censos 2001 mostram mesmo uma situação dramática, em algumas regiões do interior. Cerca de quatro dezenas de concelhos tinham taxas de desemprego superior a 10 por cento, e o desemprego feminino ainda era maior: cerca de 20 concelhos registavam taxas superiores a 20 por cento. Outros factores também apontados no inquérito do Observa eram a falta de estabelecimentos de ensino para todos os níveis (citado por 34 por cento das pessoas), as carências em termos de acessibilidades e de redes de transportes (cerca de 30 por cento) e a pouca oferta cultural e de lazer (quase 25 por cento).

Como várias outras metrópoles, Lisboa não estava nem está preparada para receber tal fenómeno. Os empregos não são suficientes e muitos migrantes partem para o mercado de

trabalho paralelo além de surgirem os bairros de lata em habitações sem condições de habitabilidade.

O fenómeno do êxodo rural demonstra ser insustentável para ambos os meios bem como para as pessoas e governos. Neste cenário, se Portugal fosse uma jangada já se tinha virado. Não sendo, também não está muito longe de um naufrágio. Como se um buraco negro insaciável se tivesse criado no litoral do nosso país, a população portuguesa está a transformar o interior num autêntico deserto. Como se a democracia necessitasse de matar o mito da ruralidade defendida pelo Estado Novo e que vem desde a monarquia. Atualmente, os distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Vila Real e Beja têm menos população do que há um século atrás, quando Portugal tinha então cerca de metade dos habitantes.

A vida nas cidades absorve o tempo e a paciência da maioria dos cidadãos para a participação ativa, o excesso de imagens, de publicidade e de apelos na vida citadina torna a maioria dos indivíduos imunes a apelos inovadores de participação, prova disso é a quantidade de abstenção em vários aspectos na vida democrática portuguesa.

O que têm as cidades para nos oferecer nos dias de hoje? Precariedade? Falta de empregabilidade? Sobrelotação? Defendemos que está na altura de revalorizar o interior do país, pois as possibilidades e os potenciais são maiores em vários casos, dependendo do investimento pretendido. A verdade é que para optar por uma estratégia de êxodo urbano é necessário repensar, reformular os meios de rendimentos na maioria dos casos.

Foi a revolução industrial que originou os motes para o êxodo rural, mas o nosso país deixou de ser rural fundamentalmente na década dos anos 90. Em 1991, o recenseamento geral da população ainda revelava que uma ligeira maioria dos portugueses cerca de 52 por cento vivia em aglomerados com menos de dois mil habitantes. Vinte anos depois, reduziu-se, pela primeira vez na história do país, para uma posição minoritária de 35 por cento. Nas últimas duas décadas, Portugal assistiu a um dos maiores êxodos rurais de que há memória. Cerca de um milhão de portugueses, em apenas uma década (a de 90), optaram por abandonar aldeias para rumar até às vilas e cidades.

Os aglomerados populacionais com mais de dois mil habitantes registaram um ritmo de crescimento quatro vezes superior ao crescimento global da população. A par da já referida industrialização das cidades, os meios rurais sofreram reformas de modernização e mecanização que tornou a agricultura mais produtiva, mas dispensou um grande número de

mão-de-obra que até então era necessária. Surgiu então um desequilíbrio entre população e recursos, os salários provenientes do trabalho na agricultura nunca foram elevados e a promessa de melhor remuneração no trabalho industrial forçou a saída das populações dos meios rurais, a incerteza de que a agricultura vive é mais um factor negativo para quem dela depende, as crises de produção podem ser fatais para a subsistência dos agricultores, como, calamidades naturais (secas inundações, erosão dos solos, entre outras)

Os distritos de Beja, Castelo Branco, Guarda e Portalegre vêem desaparecer habitantes paulatinamente, década após década, desde os anos 50. E os distritos de Bragança, Évora, Vila Real e Viseu perdem população desde a década de 60, embora os três últimos tenham registado uma pequena correcção na ressaca da democracia e devido ao regresso das ex-colónias, e Viseu tem contrariado a tendência de despovoamento graças ao despovoamento dos seus arredores. Contudo, os fenómenos que justificam esta fase mais recente do processo de despovoamento do meio rural são distintos dos que concorreram para os processos dos anos 50 e 60 e dos da segunda década do século XX. Sobretudo ao nível das causas: já não são conjunturais, passaram a ser estruturais.

Na segunda década do século passado, as epidemias de gripe pneumónica que matou cerca de 103 mil pessoas em 1918 e 1919, ou seja, quase cinco por cento da população dessa época, a Primeira Guerra Mundial e alguns fenómenos de emigração foram factores que estiveram na base de perdas populacionais significativas no mundo rural. Durante aquela década, por exemplo, o distrito de Bragança perdeu 11 por cento dos seus habitantes. Nessa altura, Lisboa, Porto e a emigração para a América do Sul começavam a ser um dos principais destinos dessa população. Na década de 60, foi a pobreza do meio rural e também uma ainda mais forte emigração para o estrangeiro em parte também devido à repressão política que estiveram na base do êxodo rural.

Nessa década Portugal perdeu dois por cento dos seus habitantes, embora os distritos de Lisboa e Porto até tenham aumentado a sua população em mais de 10 por cento. O interior só tinha um sentido: o estrangeiro ou a grande cidade. Por isso, todos os seus distritos, sem excepção, registaram nos anos 60 perdas populacionais entre 15 por cento e 26 por cento. Entretanto, a democracia chega e a esperança no país renasce. Mas enganou-se quem esperava que o regresso dos então chamados retornados, dos exilados políticos e a estabilização da democracia que, aliás, culminou num pequeno baby-boom” – trouxessem um novo alento ao país, em geral, e ao interior, em particular.

Quando todos estavam preocupados com o despovoamento alentejano, silenciosamente o fenómeno estava a ser ainda mais dilacerante na região de Trás-os-Montes e Beira Interior. Desde 1981, os distritos de Bragança, Vila Real e Guarda tiveram um decréscimo populacional de 19 por cento, 15 por cento e 13 por cento, respectivamente. Isto é, superior aos dos distritos alentejanos: Beja, com uma redução de 14 por cento, Portalegre de 11 por cento e Évora de quatro por cento.

Actualmente, nos 118 concelhos dos distritos mais deprimidos do continente português – Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Vila Real e Viseu – apenas vive cerca de 15 por cento da população nacional, apesar de ocuparem quase 60 por cento do território. Estes distritos perderam, no conjunto, aproximadamente 250 mil habitantes em duas décadas. Isto quando, durante o mesmo período, a população nacional cresceu quase seis por cento. Por isso, se a causa das sangrias populacionais da década de 10 e de 60 do século passado foram a doença, a pobreza e a repressão política, a das últimas décadas só pode ter sido uma: irresponsabilidade política.

Há quem afirme que o fenómeno do êxodo rural foi positivo pelo facto de agora ser possível uma concentração fundiária, porque os agricultores que migram acabam por vender as suas explorações agrícolas, mas tal não se verifica. As explorações permanecem ao abandono não são vendidas, muito devido á inexistência de compradores, determinados territórios continuam a ter graves problemas de rentabilidade financeira na exploração agrícola, criar os grandes latifúndios nas zonas de Trás-os-Montes ou do Douro, por exemplo tal só seria possível através de um banco de terras que permitisse a facilitação de adquirir terrenos de modo a criar os grandes latifúndios, caso contrario as terras permanecem como heranças abandonadas.

Os aspectos negativos do êxodo rural são devastadores para estes meios, a perda de mão-de-obra com capacidade produtiva e conhecimentos conduziu à perda de densidade demográfica, a permanência de mão-de-obra idosa e pouco empreendedora, que dificulta a modernização e maior rentabilidade da agricultura, a fuga da riqueza, uma vez que quando as populações migram passam a investir nas cidades, em casas, veículos, educação e alimentação. Bem como os fortes desequilíbrios demográficos entre litoral e interior e de envelhecimento da população. “O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, agravou-se na última década. Os resultados dos Censos 2011 indicam que 15% da população residente em Portugal se encontra no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 19% pertence ao grupo dos mais idosos,

com 65 ou mais anos de idade. O índice de envelhecimento da população é de 129, o que significa que por cada por cada 100 jovens há hoje 129 idosos. Em 2001 este índice era de 102.” (INE, Censos 2011)

Quem ficou no mundo rural são, quase sempre, os idosos. E se alguns concelhos estão, neste aspecto, com uma pirâmide etária preocupante, imagine-se então como estarão as suas aldeias. Encontrar gente nova em alguns concelhos do interior é como “procurar agulha num palheiro”. Em 2011, existiam 25 concelhos onde três em cada 10 dos seus habitantes estavam acima da idade da reforma. Um valor que é, sensivelmente, duas vezes superior à média nacional, que, diga-se, já não é um indicador apreciável. Por outro lado, os jovens escasseiam nestas paragens. Existem mesmo concelhos que, sem exageros, caminham para a extinção humana.

Mas apesar desta conjuntura desfavorável dos meios rurais, muitas oportunidades estas nos oferecem e é possível promover o regresso de população e diminuir as carências demográficas de tais regiões, através da vinda de trabalhadores independentes como engenheiros, *designers* por exemplo que possam trabalhar via Web e que com a deslocalização para o interior podem encontrar um custo de vida mais reduzido. Novas opções de exploração turística podem agora ser exploradas, a própria agricultura pode agora ser mais rentável devido à sua modernização.

Custa, de facto, a acreditar que na segunda metade dos anos 80 e em toda a década de 90, com tantos mil milhões de euros de investimentos da União Europeia, se tenha chegado a este ponto. A fixação das populações rurais tem sido um logro e as promessas de criação de emprego no interior está nos neurónios mais remotos dos políticos e decisores. Em Portugal, esqueceu-se que o país tem 92 mil quilómetros quadrados.

Um olhar para a evolução demográfica do interior do país é bastante esclarecedora e permite, além disso, detetar um outro problema ainda mais grave: a morte irreversível das aldeias. Sobretudo as sedes de distrito exercem, cada vez mais, uma forte atracção sobre os concelhos vizinhos, significando isso que, além da perda populacional do interior, há um esvaziamento ainda mais expressivo nos pequenos concelhos. Em 1981 existiam 89 municípios com menos de 10 mil habitantes, dos quais 19 não ultrapassavam os cinco mil. Duas décadas depois, são já 109 e 32, respectivamente. As freguesias com menos de 200 habitantes passaram de 220, em 1991, para as actuais 331.

São poucos os concelhos do interior que, não sendo sedes de distrito, evitaram sangrias populacionais, o que diz quase tudo sobre a vida no campo ou nas pequenas vilas. E mesmo sedes de distrito do interior não evitaram perdas. Por exemplo, no distrito de Bragança, todos os municípios viram diminuir a sua população nos últimos 20 anos. E em sete concelhos registaram-se mesmo perdas superiores a 25 por cento. No vizinho distrito de Vila Real, o principal concelho foi o único que ganhou população (cerca de seis por cento), mas a esmagadora maioria mirrou mais de 20 por cento.

Na Interior Norte, a Guarda também foi a única excepção na perda populacional (ganhou nove por cento), num distrito em que quase todos os concelhos perderam mais de 10 por cento da população, Neste caso também podemos afirmar que o crescimento da cidade da Guarda advém do retrocesso dos seus concelhos e aldeias vizinhos. No distrito de Castelo Branco onde a maioria dos concelhos registou perdas demográficas superiores a 20 por cento houve um caso curioso: Belmonte registou mesmo um ganho significativo (12 por cento), bem superior ao município albicastrense. Neste distrito, os concelhos do Fundão e Covilhã não conseguiram aguentar o declínio de uma indústria outrora pujante e também perderam população nas últimas duas décadas. Em Viseu, a história repete-se: além da sede de distrito, apenas Oliveira de Frades não perde população; o resto dos concelhos, quase sem excepção, perdeu mais de 10 por cento.

A uma escala de pormenor, ao nível de freguesia, ainda se torna mais evidente a morte do mundo rural. Grande parte dos concelhos, mesmo pouco populosos e em forte contração populacional, registam um fenómeno já bastante característico: as freguesias da sede do concelho até chegam a registar aumentos populacionais, enquanto as freguesias rurais sofrem uma razia.

Quase sem excepção, este é um fenómeno generalizado em todos os concelhos do interior. E, neste caso, nem é preciso fazer muitas contas para confirmar isto. O Instituto Nacional de Estatística publicou, em sete livros regionais, os resultados preliminares dos Censos que contêm mapas de todos os concelhos com a evolução de cada freguesia. Em quase todos os concelhos do interior, as cores dominantes em todas as freguesias são o azul-escuro e o roxo – que significam perdas populacionais superiores a 10 e 20 por cento, respectivamente, com excepção de uma ou outra freguesia. Nesses poucos casos, a cor é quase sempre o vermelho vivo, que significa um crescimento populacional superior a 20 por cento. E depois confirma-se que essas freguesias são sempre as sedes de concelhos e zonas limítrofes.

Tudo isto tem um significado simples: o mundo rural ainda perde população a um ritmo muitíssimo elevado, mas apesar do despovoamento, e por ser inóspita a vida nos meios rurais com pouca oferta cultural, como teatros ou cinemas por exemplo, tem bastantes aspectos positivos, mais tempo para as relações sociais, cresces e ATL´s bastantes mais baratos do que os das cidades, menor violência ou criminalidade, menos poluição. Em suma melhor qualidade de vida.

Sem gente, fica o património, nos últimos anos tem havido, de facto, uma corrida às casas de campo ou em pequenas aldeias, mesmo do interior mais profundo, por parte da população urbana, que tem vindo a ter uma procura aceitável. Desde a mais imponente herdade alentejana até à mais degradada casa do interior remoto, foram requalificadas propriedades em prol de novos meios de exploração turística.

Com um sistema económico débil, uma indústria incipiente e em constante crise, sem condições dignas ao nível da saúde, educação e cultura, o interior está assim quase moribundo. Sem opções, com a crise na agricultura trucidada que foi pela Política Agrícola Comum, onde só sobreviveram os grandes latifúndios, a saída foi a única hipótese. Os sucessivos Governos não conseguiram ou nem quiseram ou se calhar nem tinham essa noção, que a entrada de Portugal no espaço comunitário iria ter um impacte brutal na economia rural. Se não fossem encontradas alternativas económicas, o mundo rural despovoava-se e definhava. Deixou-se passar uma década e os resultados estão aí. O recenseamento agrícola de 1999 constatou uma diminuição de cerca de 183 mil explorações em relação à década anterior – um decréscimo de 31 por cento – e o desaparecimento de uma em cada três explorações com menos de cinco hectares. Em apenas uma década “desapareceram” quase 750 mil trabalhadores agrícolas, muitos dos quais sem alternativa de emprego no mundo rural ou citadino. Tanto mais que a população que trabalha na agricultura nacional tem ainda níveis de iliteracia assustadores: 34 por cento não têm qualquer nível escolar e outros 57 por cento não mais que o ensino básico.

Mas isto são problemas com quase nenhum peso político. Hoje, graças ao método de Hondt, o interior está também votado ao esquecimento político, por muito que os partidos e o Governo insistam em querer mostrar o contrário. O interior político tem uma voz cada vez mais resumida à medida que se transforma num deserto de pessoas e de ideias. Se Portugal fosse uma democracia em 1950, os deputados eleitos pelos oito distritos do interior do país

ocupariam 27 por cento dos lugares do hemiciclo. A desertificação humana faz com que sejam, actualmente, apenas 16 por cento dos deputados da Assembleia da República.

De resto, sem excepção, os sucessivos governos da Nação preocuparam-se mais com aspectos transcendentais da política e menos com o encerramento sucessivo de mais de meio milhar de escolas primárias nos distritos do interior, por falta de jovens e de casais novos. Pouco fizeram, para além das palavras de circunstância e das promessas em romarias eleitorais, para solucionar as crescentes dificuldades na satisfação das necessidades sociais, médicas e culturais mais básicas das populações dos concelhos rurais.

O fecho de um ramal ferroviário ou da supressão de uma carreira rodoviária em Barca D´Alva é justificada pela falta de rentabilidade e porque só servia uma centena de pessoas.

O quadro 3 resume alguns dos aspetos mais relevantes dos territórios focados no documentário.

Quadro nº 3

Barca D´Alva	Monsanto	Cabreira
---------------------	-----------------	-----------------

Forças	Fraquezas	Forças	Fraquezas	Forças	Fraquezas
-Rio Douro	-Baixa densidade populacional	-Forte identidade cultural por parte da população	-Baixa densidade populacional	- Paisagem	-Baixa densidade populacional
-Paisagem				-Exploração agrícola	-Insistência de investimentos turísticos
-Vinicultura	-Fracas exploração turística sustentável	-Forte exploração turística	-Falta de transportes públicos	-Potencial turístico	
-Olivicultura				- Vias de comunicação	-Falta de serviços básicos (mercearia por exemplo)
-Frutos secos	-Meios e vias de comunicação débeis	-Paisagem	-Falta de serviços como farmácia, escola primária, posto de saúde permanente.		
-Potencial turístico		-Inserida no programa de reabilitação das aldeias históricas		-População participativa	-Pouca empregabilidade
-Localização geográfica	-Exploração agrícola em decadência			-	
-Parque natural do Douro Internacional		-Centro de informação turístico		Actividades várias fruto do activismo da Associação A.S.T.A.	-A rentabilidade da agricultura resume-se á subsistência
-Feira da flor	-Pouca empregabilidade de				
-Desportos náuticos	-Falta de Mão-de-obra na agricultura	-A aldeia é considerada um museu a céu aberto		-Palco de um processo de repovoamento (A.S.T.A.)	
-Porto		investimentos privados de sucesso			
-Centro de interpretação	-Falta de serviços tais como: Transportes, escola, centro de saúde, parque de campismo.				

Barca D'Alva é um lugar pertencente à freguesia de Escalhão do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo no distrito da Guarda. Está inserida na área do Parque Natural do Douro Internacional.

Segundo junta de freguesia de Escalhão “esta tem uma população de 930 habitantes numa área de 7.843 ha. Situada a 8 kms da sede do Concelho (Figueira de Castelo Rodrigo), num planalto de onde se vislumbram largos horizontes. Foi ao longo dos tempos terra importante deste concelho, devido à sua grande riqueza económica e humana.

Na idade média existem poucas referências a esta freguesia. A valentia dos seus moradores ficou bem patente por alturas da Guerra da Restauração.

Locais de Interesse Turístico: - Miradouro do Alto da Sapinha (avista-se o rio Águeda, rio Douro, Espanha, Penedo Durão, Barca D'Alva e a ponte sobre o rio Águeda e Douro);

- Praia fluvial do Vau (sobre o rio Águeda)

- A subida do Rio Douro, termina de forma perfeita no Cais - Fluvial de Barca d'Alva. A beleza do local torna cada acostagem um momento inesquecível para os milhares de passageiros que sobem o rio Douro.

- Nos meses de Fevereiro e Março, o magnífico espectáculo fornecido pelas amendoeiras em flor, oferecem aos olhos de quem nos visita, a beleza estonteante de uma bonita paisagem.” (Fonte: Freguesiadeeschlão.com)

O local situa-se numa bonita encosta na margem esquerda do rio Douro, o rio Águeda faz fronteira entre Barca D'Alva e Espanha. Barca D'Alva teve o seu pico de desenvolvimento em pleno séc. XIX com a construção da linha férrea que ligava Porto a Salamanca, durante o funcionamento da linha os serviços aduaneiros e a P.I.D.E. garantiam um determinado número de habitantes no local, no entanto este não era o factor mais importante da linha férrea mas sim o facto de ser um importante meio de comunicação e exportação de produtos o que garantia à localidade um motivo de produtividade agrícola, a par da estrada Nacional 221 a linha férrea conferiram a Barca D'Alva um desenvolvimento que se manteve mais ou menos estável até ao encerramento da estação ferroviária, em 1983 do século XX.

Barca D´Alva perdeu recentemente a sua escola primária e os serviços de saúde mais próximos estão situados em Figueira de Castelo Rodrigo. A localidade é fornecida por um sistema de transportes públicos deficitários que estão apenas programados para levar as poucas crianças à escola.

No entanto a recente construção do novo cais fluvial e a ligação rodoviária para Espanha pela foz do Águeda conferiu um novo dinamismo a esta pequena aldeia. Inserida na área do Parque Natural do Douro Internacional, Barca D´Alva oferece paisagens naturais magníficas e é ponto de passagem para os Cruzeiros Turísticos que correm o Rio Douro, sendo igualmente famosa pelos lindos panoramas que conferem as suas Amendoeiras em Flor.

Parque natural do Douro Internacional

O parque natural do Douro Internacional foi criado através do Decreto-Lei nº8/98, de 11 de Maio segundo o site do parque: portal.ICNB.PT

“O enclave orográfico constituído pelo rio Douro e seu afluente, o Águeda, fronteira natural entre Portugal e Espanha, possui características únicas em termos geológicos e climáticos, condicionando as comunidades florística e faunística, nomeadamente a avifauna, e as próprias actividades humanas.

A classificação desta área como Parque Natural visou a adopção de medidas tendentes a valorizar as características mais relevantes do ponto de vista natural, paisagístico, sócio-económico e cultural. Segundo o Decreto-Lei acima referido, constituem objectivos específicos deste Parque Natural:

- a) Valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas;
- b) Promover a melhoria da qualidade de vida das populações em harmonia com a conservação da natureza;

c) Valorizar e salvaguardar o património arquitectónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas actividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo;

d) Ordenar e disciplinar as actividades recreativas na região de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.” (Fonte: Portal.ICNB.pt)

Cabreira Almeida (caso de estudo A.S.T.A.)

Um dos casos de estudo a ser explorado no documentário é a Associação sócio-terapêutica de Almeida que é uma instituição de solidariedade particular sem fins lucrativos e de utilidade pública (imagem6).

Segundo o site da instituição “A finalidade da ASTA é a de oferecer às pessoas necessitadas de cuidados especiais (essencialmente jovens a partir dos 15-16 anos com deficiência mental e multideficiência), uma alternativa de vida válida e plena de sentido, contribuir para a integração social, humana e económica dessas pessoas e esforçar-se em criar para elas, condições de vida o mais “normais” e verdadeiras possíveis de forma que o seu futuro seja impregnado com a dignidade e respeito que merecem.

A ASTA não tem a intenção directa de normalizar mas sobretudo de individualizar, para que cada um encontre o caminho mais adequado.

Mais do que ocupar quer, através da convivência e do trabalho pedagógico e sócio-terapêutico num contexto comunitário de cariz rural, contribuir para a autonomia, auto suficiência e auto estima, por forma a que cada um se converta num membro social digno, útil e produtivo (respeitando sempre os potenciais e características de cada um), tendo em conta as três condições indispensáveis para que um ser humano/cidadão se sinta verdadeiramente incluído: uma família, um trabalho e um grupo social.” (www.assterapeutica.com)

A ASTA situa-se na freguesia da Cabreira-do-Côa, concelho de Almeida distrito da Guarda, segundo o site da Câmara municipal de Almeida a Cabreira fica “Situada no extremo oeste do concelho e seu limite com o da Guarda, a freguesia de Cabreira dista 26km de Almeida. Com

uma altitude média de 720 metros, está localizada numa encosta bastante íngreme e acidentada, na margem direita da ribeira das Cabras.” (fonte: /www.cm-almeida.pt)

A aldeia de Cabreira-do-Côa dependia economicamente até à fundação da ASTA principalmente de agricultura e pecuária. A prestação de serviços é agora também um factor de interesse económico na localidade.

Cabreira tem 30 habitantes, boa parte destes habitantes fazem parte da instituição que deu uma nova vida á aldeia ao inserir alguns utentes na comunidade vivendo e interagindo com os restantes habitantes, os utentes da instituição fazem parte da aldeia participam, criam e promovem actividades culturais.

A ASTA desenvolve actividades de sustentabilidade agrícola e energética educando todos para a possibilidade de viver de forma sustentável. A instituição entre as varias valências que realiza para o bem estar e melhoria da qualidade de vida dos seus utentes, esforça-se por inserir e evidenciar a utilidade que um individuo com deficiências mentais pode ter socialmente.

A Cabreira-do-Côa seria mais uma aldeia do interior de Portugal condenada á degradação e abandono demográfico, o facto de apenas ter 30 habitantes é sintomático, no entanto a ASTA realiza projectos de requalificação da aldeia recuperando e habitando algumas casas o que garante vida á aldeia.

Monsanto

Monsanto conhecida por ser a “aldeia mais portuguesa de Portugal” desde que ganhou o concurso que lhe confere tal denominação, exhibe o troféu (uma cópia) um galo de prata na torre do relógio. São pequenos factores culturais como o de premio de aldeia típica ou as bonecas manufacturadas por os habitantes locais, “as marafonas”, que fazem de Monsanto um museu a céu aberto, as ruas transpiram cultura e história.

A junta de freguesia de Monsanto situa-se no concelho de Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco, em 2001 Monsanto contava com 1160 habitantes. No entanto durante a pesquisa de campo as populações afirmam que na zona histórica habitam 28 indivíduos permanentemente.

No site da câmara municipal de Idanha-a-Nova Monsanto está definido como sendo uma “Terra de rara beleza, onde o granito e a força humana desempenham o papel principal, "Monte Santo" é o carismático baluarte da fronteira do Erges, tão valoroso que se dizia que "Quem conquista Monsanto, conquista o mundo". Do seu passado prevalecem curiosas lendas e narrativas ligadas a invasões e assaltos à povoação. Logo à entrada, a Santa de pedra, dá-nos as boas-vindas à vila. Prosseguimos por um constante vertiginoso ziguezague em que as ruas estreitas deixam-nos antever deslumbrantes obras de arquitectura natural. Relembramos então, Saramago que em visita a Monsanto afirmou "Devemos entender o que há de pedra nas pessoas, descobrir o que das pessoas, descobrir o que das pessoas passou à pedra". Pela sua autenticidade, foi considerada (através de concurso) pelo Secretariado Nacional de Informação, em 1938, a aldeia mais portuguesa de Portugal com a atribuição do galo de prata, cuja réplica os Monsanto exibem, orgulhosamente, no topo da Torre de Lucano. Actualmente, pelo rigor da conservação e exotismo dos seus recantos merece a designação de aldeia histórica. Monsanto é uma vila repleta de usos e costumes com forte carga simbólica, conforme podemos analisar através do seu artesanato (exemplo da Marafona) e pelas tradições populares. Não perca a oportunidade de conversar com os Monsanto sobre as suas lendas e tradições, que de certo ficará encantado com o que ouvir.

A grandiosa festa do Castelo ou das cruzeiras celebra-se no dia 3 de Maio (à excepção se este dia ocorre durante a semana, a festa transita para o domingo seguinte) e é aparentemente enraizada numa tradição pagã, mantendo-se o tradicional lançamento da bezerra e dos potes de barro caiados de branco, ornamentados com lindas flores silvestres simbolizando a lenda do cerco do castelo.

À freguesia de Monsanto pertencem os lugares de Adinheiro, Carroqueiro, Lagar Maria Martins, Lagar d'Água, Lagar de Junho, Torre, Relva, Devesa, Carriçal, Afonso Enes, Carro Quebrado, Sidral, Monsanto, Valado, Barreiro, Eugénia, Fonte Carvalho, Amial e Pomar. Todos estes locais são únicos e com um encanto muito especial. Uma vez por perto não deixe de os visitar pois há locais por onde se passam e outros onde se vai.” (www.Idanhaanova.pt)

Monsanto revela ser um exemplo positivo de um museu a céu aberto fazendo parte do programa das aldeias históricas de Portugal que requalificou as fachadas de casas, e melhorou o aspecto arquitectónico de várias aldeias.

3. Análise do Documentário

O presente ponto pretende fazer uma análise ao documentário em apresentação, revelar todas as personagens, explicar o motivo da sua intervenção. Vamos analisar os planos capturados e ainda os que nos falta realizar, vamos referir os potenciais e necessidades das áreas de estudo e ainda explicar os passos dados que conduziram à realização deste projeto.

Os documentários fazem parte das alterações sociais que ocorrem no mundo, e o princípio básico do documentário em apresentação é cumprir um papel importante no que diz respeito à alteração da atual conjuntura a que determinadas localidades rurais estão sujeitas, pretendemos alertando os espetadores para a problemática que alterar o panorama de degradação é possível.

O interesse de realizar um documentário surgiu na sequência de trabalhos realizados anteriormente sobre o interior rural, mas sobretudo pela influência de tantos filmes documentários de qualidade sobre temas nacionais que têm surgido ultimamente.

A ideia original para a realização deste documentário estava ligada com a necessidade de promover uma espécie de êxodo urbano onde pudéssemos apelar ao espectador o regresso ao campo, referindo os malefícios que a urbe tem para oferecer em contraposição com a qualidade de vida presente no meio rural. No entanto, esta ideia implicava uma exploração mais intensiva de um meio urbano, o que pressupunha mais deslocações para Lisboa que seria o caso de estudo. Por outro lado acreditámos que seria mais vantajoso evidenciar os benefícios do rural em vez de exacerbar os malefícios do urbano. Procurámos então capturar planos que beneficiem as potencialidades dos meios rurais, uma vez que é esse o objetivo do filme. No entanto, não nos rendemos à mentira de que tudo é perfeito, filmámos e mostramos o despovoamento e abandono a que muitas localidades estão sujeitas.

Assim, que decidimos fixar o tema e procurar promover o regresso ao campo começamos a procurar intervenientes, localidades e agentes sociais que sejam sinónimo de mudança, que tenha desistido da vida no meio urbano para optar por meios e modos de vida rentáveis ou sustentáveis em meios rurais. Desta forma, enquanto escolhíamos, ou decidíamos que localidades seriam destacadas, encontrávamos também parceiros, pessoas que rapidamente aceitavam ser intervenientes ou nos conduziam aos intervenientes ideais. Admitimos que mais intervenções e intervenientes seria e será possível capturar de forma a enriquecer o

documentário, no entanto é necessária mais disponibilidade em vários aspectos que serão explicados nas notas finais.

Assim que encontrados alguns intervenientes e locais de estudo (através de pesquisa de campo) é feito um diagnóstico das localidades e identificadas as principais potencialidades e dificuldades, começámos a realizar entrevistas formais aos intervenientes (convidados por nós). Ao longo das visitas às localidades realizavam-se sempre entrevistas informais, a turistas e habitantes locais, que ajudaram a enriquecer a espontaneidade do filme.

Começámos, então, por Barca D´Alva, onde nos apercebemos durante a primeira visita que o abandono e desinteresse sobre o lugar eram predominantes, embora possua uma paisagem exemplar. Barca D´Alva possui um enorme potencial de exploração turística e agrícola. Enquanto a linha férrea do Douro internacional estava em funcionamento garantia a Barca D´Alva algum desenvolvimento, no entanto com o seu encerramento o lugar ficou entregue ao abandono populacional devido à falta de perspectivas além da agricultura.

Enquanto procedíamos à captura de imagens e declarações, apercebemo-nos que as expectativas das populações foram defraudadas com os cruzeiros do douro. Havia a esperança que tal investimento turístico pudesse substituir o desenvolvimento que antes era provido por o comboio. Tal não aconteceu, os turistas dos cruzeiros para Barca D´Alva não passam de excursionistas.

Nesta localidade focamos a necessidade de investimento comunitário, a população queixa-se de falta de serviços e falta de património construído que possa atrair e fixar os turistas. Em Barca D´Alva entrevistamos a Dona Silvina que no seu depoimento refere a sua opinião para o desenvolvimento da sua localidade, entrevistámos também um ex funcionário da linha férrea que nos referiu o potencial da localidade aquando do funcionamento da linha.

Ainda sobre esta localidade, e os potenciais do Douro, paisagem e linha férrea deslocámo-nos a Foz-Côa para entrevistar o professor José Ribeiro dinamizador das lutas que permitiram às gravuras de Foz-Côa não serem submersas.

Barca D´Alva surge no nosso documentário como um diamante em bruto, com imensas potencialidades mas com pouco desenvolvimento e um despovoamento constante.

Seguimos para Monsanto, exemplo positivo de um local que investe no turismo e recebe o seu retorno. Escolhemos Monsanto porque é uma localidade famosa por ser conhecida como a

aldeia mais portuguesa de Portugal, e toda a informação adquirida sobre a localidade nos afirmava que Monsanto era um museu a céu aberto. Desta forma, acreditámos que seria um bom exemplo de investimentos positivos e de qualidade de vida. Durante o trabalho de campo, ao entrar num estabelecimento comercial “a taverna Lusitana,” conhecemos um casal (João e Helena) residentes em Monsanto desde 2009, ano em que decidiram abandonar Lisboa para requalificar uma casa em ruínas transformando-a numa taverna onde valorizam a identidade e cultura da região, valorizam vários produtos, a paisagem chegaram a criar uma imagem de marca para a aldeia de Monsanto. Foram várias as dificuldades e contrariedades que este casal ultrapassou para cumprir este sonho e agora vivem-no de forma sustentável com respeito pela população e cultura, aproveitando-a a seu favor.

Ainda em Monsanto encontramos a senhora Luísa que aceitou dar-nos o seu depoimento, um pouco pessimista sobre o futuro da aldeia uma vez que tem vindo a perder serviços constantemente.

Em Monsanto conseguimos a intervenção de um turista Espanhol, visitante ativo e interessado pelo património histórico, paisagístico e cultural. Depois da sua participação decidimos torná-lo o eixo do nosso documentário que segue o fio condutor de pensamento de todos os intervenientes.

Seguimos para a Cabreira, em Almeida, onde a associação sócio-terapêutica de Almeida demonstra ser um oásis no meio do despovoamento (desertificação) a que o interior está entregue. A ASTA não se resume a dar assistência aos seus utentes, procura promover a inserção social dos mesmos e demonstra ainda uma reocupação enorme em repovoar a aldeia de que fazem parte. Na ASTA capturámos imagens das várias valências e rituais que melhoram a qualidade de vida dos utentes, mas além disso capturámos o trabalho que realizam no meio rural e a realização de projetos que repovoam e trazem desenvolvimento à aldeia. Entrevistamos a Dr. Maria José, directora da instituição, que nos explica o motivo de acreditar no meio rural em vez do urbano.

Em Lisboa foram apenas capturados planos do trânsito, stress e meios de comunicação, de forma a fazer um contraponto com a qualidade de vida e tempo que os meios rurais nos oferecem. Em Lisboa vamos acompanhar um casal de idosos que abandonou Monsanto para viver em Lisboa, vamos saber quais são as expectativas e aspirações das populações.

Capítulo IV

Notas Finais



1. Pertinência do projecto no contexto da animação sociocultural

As problemáticas abordadas ao longo do filme em apresentação são variadas e revelam problemas e potencialidades de localidades rurais. Tal situação torna este projeto e o filme a ele associado pertinente no âmbito da animação Sociocultural.

São vários os temas como o despovoamento de áreas rurais, sobrelotação de áreas urbanas, falta de serviços nos meios rurais e novos meios de subsistência e sustentabilidade nas áreas rurais, por exemplo, são vários os temas que durante o filme apelam ao animador sociocultural para que este possa cumprir os seus objetivos no âmbito comunitário. Apresentamos exemplos de vidas que pretendem servir como incentivo, não só para animadores, mas também para qualquer espectador para que possam olhar para o meio rural como uma oportunidade

Segundo Peres Américo (2009: p.117) “Animar e animar-se é uma frase feita. No entanto, a animação sociocultural, entendida como praxis da transformação social, pode melhorar os efeitos da globalização sabemos que as crises podem ser momentos de mudança, não de tragédia. Não podemos perder a bússola, correndo o risco de não corrigir os erros e de não alimentar a esperança de uma humanidade mais humana. Somos seres historicamente situados e o presente exige responsabilidades e compromissos ético-políticos perante os que vivem na nossa comunidade, os que não conhecemos e aqueles que ainda não nasceram.”

Como animadores socioculturais devemos assumir as nossas responsabilidades de agentes nas alterações sociais, promover uma sociedade formada e informada é fundamental. Perante o abandono e degradação que várias localidades do interior do país estão condenadas acreditamos que este é um tema fundamental a divulgar. Desta forma surge o documentário como meio de difusão de determinados problemas e potenciais do interior rural.

O documentário em apresentação procura valorizar as potencialidades das localidades rurais e apresenta soluções de rentabilidade que contrariam a recente conjuntura, não baixamos os braços ou rendemo-nos a tragédias. Exibimos ao longo do documentário casos de sucesso de investimento em localidades rurais, pretendendo com isto despertar o interesse do espectador sobre o regresso ao campo. Novos meios de exploração rentável e sustentável de zonas rurais, novos rurais que dão nova vida às aldeias do interior.

“Alimentamos a esperança” de que é possível alterar o despovoamento do interior e tentar inverter a litoralização exacerbada de Portugal.

Um dos grandes benefícios na realização deste projeto é a possibilidade de dar voz à população. É na opinião pública que reside o desenvolvimento comunitário.

O documentário surge como meio de divulgação de problemáticas para a consciencialização dos espectadores, podendo realmente alterar a realidade a que se refere. Já vimos tal exemplo com outros documentários como por exemplo “Pare Escute e Olhe” onde o relato dos autores formou e informou socialmente, contribuindo para uma participação livre e consciente das populações sobre as alterações que estão a ocorrer nas suas localidades.

No final do projecto é preciso reflectir que o animador deve ser disponível e imparcial perante a realidade que trabalha, por outro lado, deve estar disposto a contornar contrariedades que possam surgir.

O projeto revelou ser um verdadeiro meio para aprender novos meios práticos de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura de animação sociocultural.

2. Projectos futuros

Apesar de estarmos agradados com o resultado do projecto realizado até agora, temos a noção que várias situações têm de ser corrigidas, desenvolvidas ou melhoradas

O condicionalismo financeiro não permite que o filme tenha a sua conclusão para breve, perante o que vai ser apresentado e o que é pretendido temos de admitir que apenas quinze por cento do filme está realizado. Seria necessário mais intervenções e intervenientes, focar mais aprofundadamente a problemática da agricultura, turismo e sobrelotação das cidades, no entanto isso traduz-se em mais deslocações e maior investimento.

Devemos compreender que o facto de trabalharmos como *freelancer* não é positivo para a realização deste tipo de projectos, pois é um investimento feito por conta e risco de quem o realiza e tal situação implica possibilidades financeiras.

No entanto, não nos deixaremos abater por esta contrariedade, e muito há por onde desenvolver o projecto do documentário, assim que apresentado ao júri da instituição de ensino no qual este projecto está a ser realizado, pretendemos corrigir determinados erros, e melhorar alguns aspectos tais como:

A capa de apresentação do *DVD* que não se enquadra no pretendido, melhorar o grafismo e ilustrar melhor o trabalho, para isto precisamos de regressar aos locais para melhorar o aspecto fotográfico do filme.

A par do aspecto gráfico da apresentação pretendemos criar algumas telas desenhadas a carvão, telas que possam acompanhar a apresentação do filme com ilustrações fotográficas e obras desenhadas a carvão de planos relativos ao filme.

Temos também a ambição de criar um *booklet*, um pequeno livro ilustrado e com texto sobre as localidades e os intervenientes do filme, que constará no interior da capa do *DVD*. Ainda no âmbito da melhor compreensão do espectador estamos já a trabalhar numa versão do filme em que o produtor, realizador e director assume a *voz on* e durante todo o filme para apresentar os locais, paisagens, planos e intervenientes, explicando como todo o trabalho foi realizado, os motivos de determinadas intervenções ou planos. Esta será uma versão experimental que se o resultado for positivo acompanhará o *DVD* do filme original. Para uma melhor divulgação seria positiva a criação de um *site*, *blogue* e uma página no *facebook*.

A par de todas estas actividades relacionadas com o filme já realizado, pretendemos ainda dar continuidade ao filme com conteúdos já capturados, ou seja, explorar intervenções e temas utilizando materiais que possuímos mas não nos foi possível utilizar devido a contingência de tempo para a sua apresentação.

Este projecto quando concluído pode ter potencial para participar em vários concursos promotores de documentários, bem como festivais de cinema que apoiam este tipo de produções. Mas para que tal seja possível é inevitável investir mais tempo e fundos para que o filme se torne interessante ao espectador, de modo cumprir todos os objectivos a que se propôs. Por agora o trabalho realizado representou um excelente trabalho de campo e pesquisa, que serve como rampa de lançamento para uma futura continuidade.

Conclusão

No início deste projecto pretendia contar com a colaboração da Escola Superior de Educação Comunicação e Desporto da Guarda na cedência de materiais audiovisuais, tal não foi possível pois a instituição não possui material de qualidade (que tenha sido cedido) para a realização de um documentário ou filme. O material que a escola disponibilizou de tão antigo chega a ser inoperante e de fraca qualidade. Proponho que caso a escola pretenda promover alunos empreendedores e ativos, e simultaneamente com orgulho na instituição, que proporcione a tais alunos condições para que estes possam realizar os seus trabalhos de forma eficiente. O bom nome da instituição também está relacionado com a qualidade dos trabalhos que os seus discentes apresentam portanto deveria existir por parte da instituição maior dedicação no apoio aos alunos.

No entanto não deixamos que tais contrariedades nos afectassem, o projeto realizado revelou-se extremamente estimulante, o contacto e a proximidade com os intervenientes além de enriquecedor permite-nos como animadores socioculturais identificar as reais expectativas das populações.

Surpreendemo-nos ao longo da realização deste trabalho a entrega e dedicação das pessoas das localidades rurais, quando se trata de falar sobre os seus problemas, as suas vidas, as suas localidades, não há qualquer tipo de preconceito que afaste o entrevistado do entrevistador.

Apercebemo-nos ao longo da realização das filmagens que a câmara de filmar deve estar sempre ligada, de modo a capturar momentos inesperados, devemos sempre acalmar os intervenientes quando de uma entrevista formal, começando pela apresentação e perguntas informais de forma a iniciar uma conversa sem sinais de nervosismo.

É extremamente difícil, com o material utilizado, calendarizar actividades, uma vez que a câmara de filmar precisa de luz para captar imagens com qualidade, portanto a realização deste tipo de trabalho está intimamente relacionado com as condições atmosféricas.

Nem sempre foi fácil lidar com os avanços e recuos que os supostos intervenientes nos apresentavam, como por exemplo um casal de idosos que seriam as personagens principais devido ao retorno que iam fazer para um meio rural, no entanto um dos membros do casal adoeceu e não foi possível filmar o regresso à terra de origem e perdeu-se então o interesse das filmagens feitas até então. Um outro caso em Barca D´Alva onde um proprietário de um

estabelecimento comercial concordou participar dando o seu depoimento, assim que nos deslocamos a Barca D'Alva o senhor recusou-se a participar. No entanto, estas situações têm resolução o senhor não colaborou mas indicou quem poderia colaborar. Temos sempre de encontrar alternativas para os possíveis problemas.

Bibliografia

ANDER-EGG, Ezequiel (2002): *Metodología y Práctica de la Animación Sociocultural*. Madrid, Editorial CCS

BEKER, (2004): *Empowerment e avaliação em um programa de desenvolvimento local e promoção de saúde*.

CAVACO, CARMINDA (1992): *Portugal Rural da Tradição ao Moderno*. DGDA, Ministério da Agricultura. Lisboa

CABANAS, José Maria Quintana (1993): *Los âmbitos profesionales de la Animación*. Madrid, Narcea, S.A. de Ediciones

KRIPPENDORF, (1989): *Sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

PEREIRA, José / VIEITES, Manuel / Lopes, Marcelino (2008): *A Animação Sociocultural e os Desafios do Sec. XXI*. Intervenção

SANTOS e AVRITZER, L. (2003): *Introdução para ampliar o cânon da democracia participativa*. Porto: Edições aprontamento

Artigo

LOPES, CASTRO (s/d): *O Turismo Cultural no Desenvolvimento de Espaços Rurais: o caso das Terras do Demo*

VASQUEZ, Barquero (1995): *A Revolução recente da política regional: a experiencia Europeia*, Notas Economicas, nº6

Webgrafia

www.freguesiadeescalhao.com

<http://portal.icnb.pt>

www.assterapeutica.com

www.cmalmeida.pt

www.cmidanhanova.pt